



Revista **Bem Viver** **Compartilhando Saberes**

V. 3, Nº 1 – janeiro a junho/2026

ISSN: 3085-8674

Realização e apoio:



Editora: Escola da Magistratura do Estado de Rondônia (Emeron)

Endereço: Av. Rogério Weber, 1872, Centro

CEP: 76.801-906 Porto Velho - Rondônia-Brasil

Tel.: (69) 3309-6440

E-mail: emeron.cepep@tjro.jus.br - emeron.tjro.jus.br

Editor Responsável: Leandro Aparecido Fonseca Missiatto

Editora-Adjunta: Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza

Produção: Centro de Pesquisa, Inovação e Publicação Acadêmica - CEPEP

Núcleo de Pesquisa e Publicação - NUPEP

Esta publicação é disponibilizada sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0), que permite o compartilhamento, a reprodução, a distribuição, a adaptação e o uso do conteúdo, desde que sejam atribuídos os devidos créditos aos(as) autores(as), à Revista Bem Viver Compartilhando Saberes e à publicação original. A responsabilidade pelo conteúdo dos textos é de seus(suas) respectivos(as) autores(as).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Rondônia. Tribunal de Justiça.

Revista Bem Viver Compartilhando Saberes / Tribunal de Justiça de Rondônia, Escola da Magistratura, Centro de Pesquisa, Inovação e Publicação Acadêmica, Núcleo de Pesquisa e Publicação. – V. 3, Nº 1 – janeiro a junho de 2026. – Porto Velho: Escola da Magistratura do Estado de Rondônia – Emeron, 2026.

Semestral.

Editada em formato eletrônico a partir de 2024.

Disponível em:

<https://periodicos.emeron.edu.br/index.php/bemviver/abouttratl>.

ISSN 3085-8674

1. Saúde. 2. Ecologia. 3. Humanidades. I. Título.

CDU 577.4(05)



Revista **Bem Viver** **Compartilhando Saberes**

V. 3, Nº 1 – janeiro a junho/2026

ISSN Eletrônico: 3085-8674

<https://periodicos.emeron.edu.br/index.php/bemviver/about>



Transformando a Justiça pela Educação!

CÚPULA DIRETIVA - BIÊNIO 2026-2027

Poder Judiciário do Estado de Rondônia

Presidente	Des. Alexandre Miguel
Vice-Presidente	Des. Francisco Borges Ferreira Neto
Corregedor-Geral	Des. Glodner Luiz Pauletto

Escola da Magistratura do Estado de Rondônia - Emeron

Diretor	Des. Gilberto Barbosa Batista dos Santos
Vice-Diretor	Juiz Cristiano Gomes Mazzini
Coordenador do LABIN	Juiz Áureo Virgílio Queiroz
Coordenador do NUPEP	Juiz Eduardo Abílio Kerber Diniz
Coordenador da Subseção de Cacoal	Juiz Ivens dos Reis Fernandes
Secretária-Geral	Gisele Fernandes Rodrigues
Coordenação de Conteúdo	Juiz Eduardo Abílio Kerber Diniz



SUMÁRIO

Artigos

8

Rede Semear: tecendo sonhos agroecológicos

Cicera Sylvania Leite; Altair Pozzebon; Ana Paula Alves;
Jair de Oliveira Chaves; Leonice Pereira de Brito Hendges;
Maria Augusta Cogo; Poliana Andreine Alves Oliveira

20

Instrumentos para mensuração de habilidades de vida: uma revisão sistemática das evidências psicométricas

Leila Gracieli da Silva; Daniela Ribeiro Schneider

37

Da gestão ambiental à descarbonização: caminhos para a governança sustentável no Poder Judiciário brasileiro

Maiara Ribeiro de Moraes

46

Entre o saber jurídico e o fazer docente: a importância do suporte pedagógico na formação de magistrados(as) docentes

Lidiane Silva Coutinho Noronha

Literatura

59

Lasanha arranha aranha

Philiane Ferreira

63

Se sumiu e nem viu

Philiane Ferreira

66

Identidade

Michele Magalhães

Arte & cultura

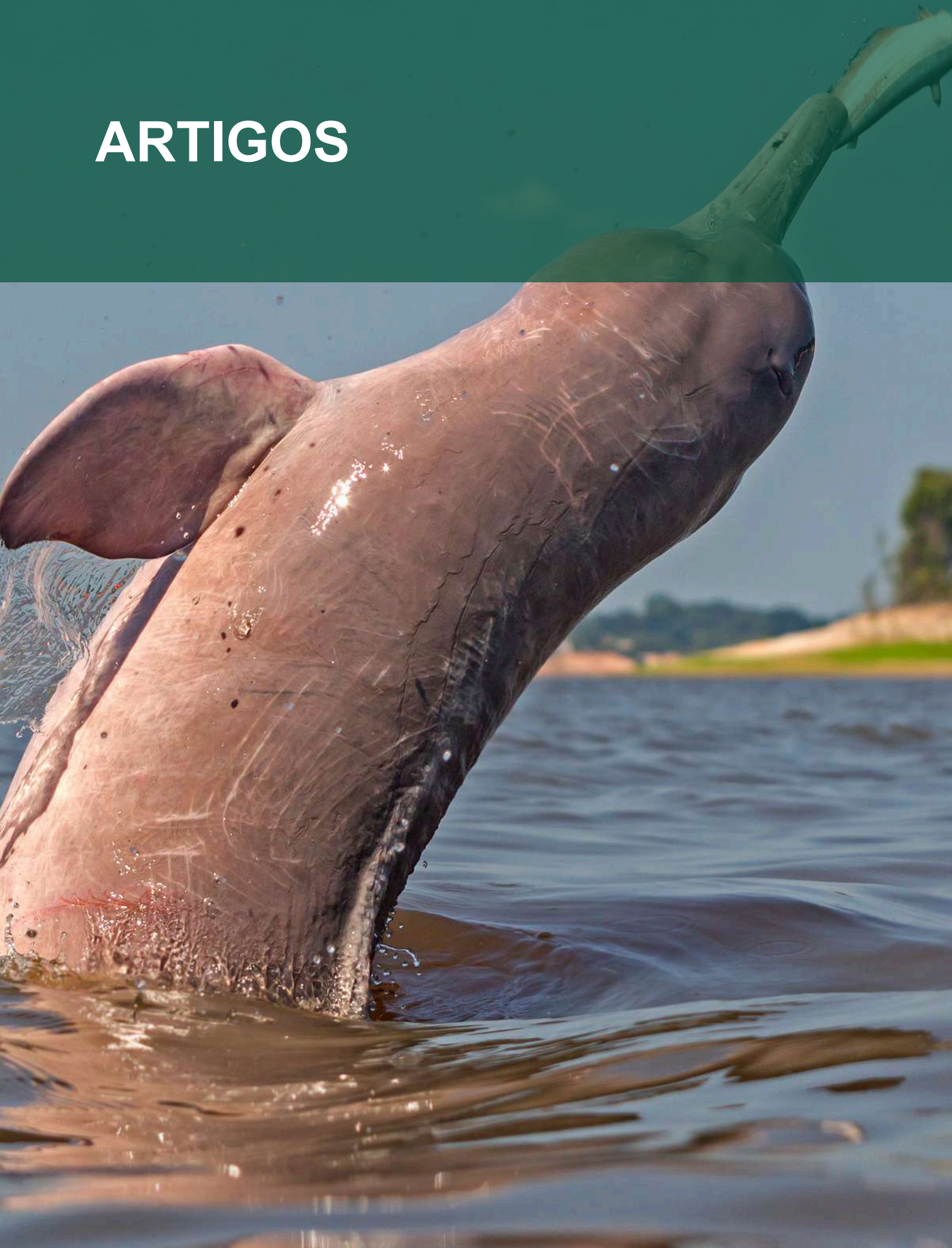
70

Amazônia à beira da estrada: caminhos e resistência

Moacir da Cruz Santos



ARTIGOS



Rede Semear: tecendo sonhos agroecológicos

1 Cicera Sylvania Leite 
2 Altair Pozzebon 
3 Ana Paula Alves 
4 Jair de Oliveira Chaves 
5 Leonice Pereira de Brito Hendges 
6 Maria Augusta Cogo 
7 Poliana Andreine Alves Oliveira 

Resumo

A Agroecologia tem se consolidado como uma importante alternativa para a promoção de sistemas agrícolas sustentáveis, fundamentados na valorização da biodiversidade, dos saberes tradicionais e da organização coletiva das comunidades rurais. Nesse contexto, este artigo analisa a experiência da Rede Semear, constituída por agricultoras e agricultores familiares do Sudeste de Rondônia, buscando compreender como suas práticas coletivas contribuem para a construção da Agroecologia e para a materialização dos princípios do Bem Viver. A pesquisa adota abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental de registros escritos produzidos pela Rede entre 2022 e 2026, permitindo compreender os significados atribuídos pelos próprios participantes às suas práticas e formas de organização. Os resultados evidenciam que a Rede Semear ultrapassa a dimensão produtiva da agricultura, constituindo-se como espaço permanente de cooperação, formação, troca de conhecimentos e fortalecimento comunitário. Destacam-se iniciativas como os mutirões, a Feira de Troca de Mudanças e Sementes, a valorização das sementes crioulas e a construção de processos participativos de aprendizagem. Conclui-se que a experiência da Rede demonstra que a Agroecologia pode ser compreendida como um modo de vida orientado pela solidariedade, pela defesa da biodiversidade, pela autonomia das famílias agricultoras e pela construção de relações sustentáveis entre sociedade e Natureza, aproximando-se da perspectiva latino-americana do Bem Viver.

Palavras-chave: agroecologia; agricultura familiar; bem viver; cooperação; Rede Semear.

Filiação: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 Rede Semear



Rede Semear: weaving agroecological dreams

Abstract

Agroecology has become an important alternative for promoting sustainable agricultural systems grounded in the appreciation of biodiversity, traditional knowledge, and the collective organization of rural communities. In this context, this article analyzes the experience of Rede Semear, formed by women and men family farmers from southeastern Rondônia, seeking to understand how its collective practices contribute to the construction of Agroecology and to the materialization of the principles of Good Living. The research adopts a qualitative approach based on a bibliographic review and documentary analysis of written records produced by the network between 2022 and 2026, making it possible to understand the meanings that participants themselves attribute to their practices and forms of organization. The results show that Rede Semear goes beyond the productive dimension of agriculture, establishing itself as a permanent space for cooperation, training, knowledge exchange, and community strengthening. Particularly noteworthy are initiatives such as collective work efforts (*mutirões*), the Seedling and Seed Exchange Fair, the preservation of creole seeds, and the development of participatory learning processes. The study concludes that the experience of Rede Semear demonstrates that Agroecology can be understood as a way of life guided by solidarity, the protection of biodiversity, the autonomy of farming families, and the construction of sustainable relationships between society and Nature, aligning with the Latin American perspective of Good Living.

Keywords: agroecology; family farming; Good Living; cooperation; Rede Semear.

Rede Semear: tejiendo sueños agroecológicos

Resumen

La agroecología se ha consolidado como una importante alternativa para la promoción de sistemas agrícolas sostenibles, fundamentados en la valorización de la biodiversidad, de los saberes tradicionales y de la organización colectiva de las comunidades rurales. En este contexto, este artículo analiza la experiencia de Rede Semear, constituida por agricultoras y agricultores familiares del sudeste de Rondônia, con el propósito de comprender cómo sus prácticas colectivas contribuyen a la construcción de la Agroecología y a la materialización de los principios del buen vivir. La investigación adopta un enfoque cualitativo, de naturaleza bibliográfica y documental, basado en el análisis de registros escritos producidos por la Red entre 2022 y 2026, lo que permite comprender los significados que los propios participantes atribuyen a sus prácticas y formas de organización. Los resultados evidencian que Rede Semear trasciende la dimensión productiva de la agricultura, constituyéndose como un espacio permanente de cooperación, formación, intercambio de conocimientos y fortalecimiento comunitario. Se destacan iniciativas como los trabajos colectivos comunitarios (*mutirões*), la Feria de Intercambio de Plantones y Semillas, la valorización de las semillas criollas y la construcción de procesos participativos de aprendizaje. Se concluye que la experiencia de Rede Semear demuestra que la Agroecología puede ser comprendida como un modo de vida orientado por la solidaridad, la defensa de la biodiversidad, la autonomía de las familias agricultoras y la construcción de relaciones sostenibles entre sociedad y Naturaleza, aproximándose a la perspectiva latinoamericana del buen vivir.

Palabras clave: agroecología; agricultura familiar; buen vivir; cooperación; Rede Semear.

1 Introdução

A expansão do modelo agrícola convencional na Amazônia, intensificou desafios relacionados à conservação da biodiversidade, à permanência da agricultura familiar e à valorização dos conhecimentos tradicionais. Nesse cenário, experiências agroecológicas construídas coletivamente têm se destacado como alternativas capazes de articular produção de alimentos, sustentabilidade ambiental e fortalecimento das comunidades rurais.

É nesse contexto que se insere a Rede Semear, organização formada por agricultoras e agricultores familiares das cidades de Espigão d'Oeste e Pimenta Bueno, localizado no Sudeste de Rondônia. Sua trajetória evidencia que a Agroecologia ultrapassa a dimensão técnica da produção agrícola e assume características de um processo social fundamentado na cooperação, na troca de conhecimentos e na construção coletiva de soluções para os desafios do campo. A Rede consolidou-se por meio de práticas como mutirões, feiras de troca de sementes, processos formativos e ações comunitárias, fortalecendo vínculos sociais e promovendo formas sustentáveis de produção e organização territorial.

Além da dimensão produtiva, a experiência revela aproximações significativas com a perspectiva do Bem Viver, compreendida como uma proposta ética, política e cultural que valoriza a reciprocidade, o cuidado com a Natureza e a construção coletiva da vida em comunidade. Sob essa perspectiva, produzir alimentos significa também preservar a biodiversidade, fortalecer a autonomia das famílias agricultoras e promover relações mais equilibradas entre sociedade e Natureza.

Diante deste cenário, o presente artigo busca analisar como a experiência da Rede Semear contribui para a consolidação da Agroecologia e para a construção de práticas orientadas pelos princípios do Bem Viver. A análise parte de pesquisa bibliográfica e documental, considerando registros, anotações e materiais produzidos pelos(as) integrantes da Rede. Pretende-se compreender de que forma a organização coletiva fortalece processos de aprendizagem, cooperação e resistência diante das limitações impostas pelo modelo agrícola convencional.

Para alcançar esse objetivo, o texto está organizado em seis seções. Após esta introdução, apresentam-se os procedimentos metodológicos adotados. Em seguida, desenvolve-se a fundamentação teórica e a análise da experiência da Rede Semear, discutindo sua constituição, seus princípios organizativos e sua contribuição para a Agroecologia. Por fim, são apresentadas as aplicações práticas do estudo e as considerações finais.

2 Procedimentos metodológicos

Este artigo adota uma abordagem qualitativa, fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental, articulada à análise interpretativa dos registros produzidos no percurso da Rede Semear. A escolha desse percurso metodológico decorre do interesse em analisar a trajetória de constituição da Rede Semear, seus princípios organizativos e as práticas coletivas registradas em sua documentação, articulando essas evidências com a literatura da Agroecologia e do Bem Viver.

O principal documento analisado consiste em um caderno de memória da Rede Semear, construído coletivamente por seus integrantes entre 2022 e 2026. O material reúne anotações dos encontros, temas debatidos, decisões, planejamentos, atividades desenvolvidas e acontecimentos relevantes da organização. Além dos aspectos administrativos e organizativos, incorpora narrativas, reflexões, afetos, sonhos, esperanças e aprendizados compartilhados pelos participantes, constituindo uma importante fonte para compreender a memória coletiva e o percurso histórico da Rede. Trata-se de um documento interno, produzido pela própria organização e disponibilizado para fins desta pesquisa.

Por acompanhar de forma contínua a trajetória da Rede Semear, esse material documental foi adotado como fonte primária da investigação. Sua análise possibilitou compreender a constituição da organização, seus princípios orientadores, as práticas coletivas desenvolvidas e os processos de construção da experiência agroecológica, em diálogo com a literatura especializada.

Foram utilizados, como principais referenciais analíticos, os estudos de Altieri (2012), Gliessman (2015), Caporal e Costabeber (2004), Primavesi (2016), Acosta (2016), Gudynas (2011), Leff (2015), Porto-Gonçalves (2017) e Freire (1996), cujas contribuições subsidiam a interpretação da experiência investigada a partir de uma perspectiva interdisciplinar.

A análise foi conduzida por meio de uma leitura interpretativa de inspiração temática, aberta às marcas do próprio material. Em vez de aplicar categorias rígidas previamente definidas, buscou-se acompanhar os temas que apareciam com mais força nos registros, especialmente aqueles relacionados à organização comunitária, à cooperação, à formação agroecológica, à conservação da biodiversidade, às sementes crioulas e às relações entre produção agrícola, território e Bem Viver.

3 Fundamentação teórica

3.1 A construção da Rede Semear: Agroecologia e organização coletiva

A constituição da Rede Semear resulta de um processo de organização social construído a partir das necessidades concretas vivenciadas por agricultoras e agricultores familiares do Sudeste de Rondônia. Diferentemente de iniciativas originadas por programas institucionais ou políticas públicas previamente estruturadas, sua formação decorreu da mobilização das próprias famílias rurais, que identificaram a necessidade de fortalecer mecanismos de cooperação capazes de sustentar a transição para sistemas de produção fundamentados nos princípios da Agroecologia.

A origem da Rede está diretamente relacionada às dificuldades enfrentadas por agricultores(as) que optaram por produzir alimentos sem o uso de agrotóxicos em uma região fortemente marcada pela predominância do modelo agrícola convencional, sobretudo do agronegócio. A ausência de assistência técnica especializada, a limitada oferta de espaços de formação e a necessidade de produzir alimentos livres de veneno, impulsionaram a construção de uma rede baseada na solidariedade, na troca de experiências e na aprendizagem coletiva.

Embora sua formalização tenha ocorrido por volta de 2020, suas raízes remontam à Feira de Troca de Mudas e Sementes Semear, iniciada em 2017, durante a Romaria da Bíblia, realizada na Linha 45, em São Felipe do Oeste (RO). Esse evento consolidou-se como espaço privilegiado para a circulação de sementes crioulas, mudas, conhecimentos e experiências entre agricultores(as) familiares, contribuindo para fortalecer a agricultura familiar, a cooperação, a troca de sementes e mudas e incentivar práticas agroecológicas.

Nesse processo, as sementes crioulas e as mudas, assumem papel que ultrapassa sua função produtiva. Elas representam patrimônio biológico, cultural e histórico das comunidades rurais, preservando variedades adaptadas às condições locais e fortalecendo a soberania alimentar das famílias agricultoras. O próprio nome “Semear” expressa esse compromisso com a multiplicação das sementes, dos conhecimentos e das relações de cooperação construídas entre os(as) integrantes da Rede e outros grupos sociais com quem também se articula.

Sob a perspectiva da Agroecologia, experiências como a Rede Semear demonstram que a sustentabilidade dos agroecossistemas depende não apenas da adoção de práticas ecológicas de manejo, mas também do fortalecimento das redes sociais que sustentam a circulação de conhecimentos e a cooperação entre agricultores(as). Conforme destacam Altieri (2012) e Gliessman (2015), a transição agroecológica exige a construção de sistemas produtivos resilientes fundamentados na valorização da biodiversidade, dos saberes locais e da participação comunitária.

Essa compreensão também dialoga com a perspectiva do Bem Viver, que propõe relações

baseadas na reciprocidade, na solidariedade e na valorização da vida em todas as suas dimensões. Ao compartilhar sementes, mudas, saberes, organizar mutirões e construir espaços permanentes de formação, a Rede Semear fortalece não apenas a produção agroecológica, mas também formas de convivência que reconhecem a interdependência entre pessoas, comunidades e Natureza.

A partir dessa leitura, observa-se que a experiência da Rede Semear evidencia a Agroecologia como um processo social de construção coletiva, no qual a cooperação se torna elemento estruturante tanto da produção agrícola quanto da organização comunitária. Essa dinâmica amplia a compreensão da agricultura familiar, demonstrando que sua sustentabilidade depende da articulação entre práticas produtivas, relações sociais e valorização dos conhecimentos construídos nos territórios.

3.2 Agroecologia, Bem Viver e fortalecimento comunitário

A experiência da Rede Semear evidencia que a Agroecologia constitui muito mais do que um conjunto de técnicas destinadas à produção sustentável de alimentos. Os registros produzidos pelos(as) integrantes da Rede demonstram que ela representa uma forma de compreender a relação entre sociedade, Natureza e território, fundamentada na cooperação, na reciprocidade e no respeito aos ciclos naturais. Essa concepção aproxima-se da definição proposta por Caporal e Costabeber (2004), segundo a qual a Agroecologia deve ser compreendida como um enfoque científico, social, político e ético voltado à construção de sistemas agroalimentares sustentáveis.

Entre as práticas desenvolvidas pela Rede, os mutirões ocupam posição central. Realizados periodicamente nas propriedades das famílias participantes, esses encontros possibilitam o intercâmbio de conhecimentos, a realização de trabalhos coletivos e o fortalecimento dos vínculos comunitários. Durante essas atividades, os(as) agricultores(as) compartilham experiências relacionadas ao manejo agroecológico do solo, à produção de bioinsumos, ao cultivo de hortas diversificadas, à recuperação de nascentes e de áreas degradadas, construindo coletivamente soluções adaptadas às características do território.

Essa dinâmica aproxima-se da perspectiva pedagógica de Paulo Freire (1996), para quem o conhecimento é produzido por meio do diálogo, da experiência e da participação ativa dos sujeitos. Na Rede Semear, o(a) agricultor(a) deixa de ser mero(a) receptor(a) de tecnologias para assumir papel protagonista na construção e circulação dos saberes agroecológicos.

Outro aspecto relevante refere-se à valorização das sementes crioulas, consideradas patrimônio biológico, cultural e histórico das comunidades rurais. Sua conservação fortalece a autonomia das famílias agricultoras, reduz a dependência de sementes

comerciais e contribui para a preservação da agrobiodiversidade. Conforme destaca Primavesi (2016), a sustentabilidade agrícola depende da manutenção da diversidade biológica e da compreensão dos processos ecológicos que sustentam a fertilidade do solo e a produção de alimentos.

A experiência analisada também evidencia significativa aproximação com os princípios do Bem Viver, perspectiva desenvolvida por autores como Acosta (2016) e Gudynas (2011). Nessa concepção, o desenvolvimento não pode ser reduzido ao crescimento econômico, devendo priorizar relações equilibradas entre seres humanos e Natureza. Assim, a produção agrícola passa a ser compreendida como atividade comprometida com a conservação ambiental, a justiça social e o fortalecimento das comunidades.

A atuação da Rede demonstra ainda que a construção da Agroecologia depende do fortalecimento das relações comunitárias. A solidariedade manifesta-se em diferentes momentos, como na realização de mutirões extraordinários para auxiliar famílias em situação de dificuldade, na organização coletiva das feiras, na troca de sementes e na partilha dos conhecimentos produzidos ao longo das experiências de cultivo. Essas ações reforçam a compreensão de que a sustentabilidade dos agroecossistemas está diretamente relacionada à capacidade de cooperação entre as pessoas envolvidas.

Além da dimensão produtiva, a Rede promove processos permanentes de formação por meio de cursos, oficinas, encontros técnicos e visitas às propriedades. Tais atividades fortalecem a autonomia das famílias agricultoras e favorecem a construção de sistemas produtivos menos dependentes de insumos externos, ampliando a capacidade de adaptação diante dos desafios econômicos e ambientais presentes na agricultura familiar amazônica.

Nesse contexto, observa-se que a Rede Semear constitui uma experiência de desenvolvimento territorial fundamentada na valorização dos conhecimentos locais, na conservação da biodiversidade e na construção coletiva de alternativas sustentáveis para o meio rural.

4 Resultados e discussão

A análise do Caderno Coletivo da Rede Semear (Rede Semear, 2022-2026) evidencia que a organização desempenha papel relevante no fortalecimento da agricultura familiar agroecológica no Sudeste de Rondônia. Sua principal contribuição está na constituição de um espaço permanente de cooperação entre agricultores(as), favorecendo a troca de conhecimentos, a experimentação de práticas sustentáveis e o fortalecimento das relações comunitárias. Essa experiência aproxima-se da compreensão de Altieri (2012) e Gliessman (2015), segundo os quais a Agroecologia envolve a construção de sistemas produtivos diversificados, sustentáveis e articulados aos saberes locais.

O caderno coletivo registra que os mutirões constituem uma das principais estratégias de construção compartilhada do conhecimento (Rede Semear, 2022-2026). Nesses encontros, os(as) integrantes compartilham experiências, adaptam técnicas agroecológicas às condições de cada propriedade e fortalecem vínculos de confiança, solidariedade e pertencimento. Essa forma de aprender pela experiência dialoga com Freire (1996), para quem o conhecimento se constrói no diálogo e na participação ativa dos sujeitos. Na Rede Semear, agricultores e agricultoras assumem papel ativo na produção e circulação de conhecimentos, tendo como referência suas próprias experiências e o contexto em que vivem.

Outro aspecto recorrente no caderno é a valorização das sementes crioulas e da agrobiodiversidade (Rede Semear, 2022-2026). As feiras de troca promovidas pela Rede contribuem para conservar variedades tradicionais, fortalecer a soberania alimentar e envolver diferentes gerações na preservação dos conhecimentos agrícolas. Essa prática relaciona-se com a compreensão de Primavesi (2016), segundo a qual a diversidade biológica, o cuidado com o solo e o respeito aos processos ecológicos constituem fundamentos de uma agricultura sustentável. Também se aproxima das contribuições de Altieri (2012), ao destacar a biodiversidade como base da sustentabilidade dos agroecossistemas.

Os relatos reunidos ao longo do período analisado indicam ainda que a atuação da Rede Semear ultrapassa a dimensão produtiva da agricultura (Rede Semear, 2022-2026). A organização participa de processos de formação, mobilização comunitária e defesa do território, além de manter articulações com instituições de ensino, movimentos sociais e organizações da sociedade civil. Nesse sentido, sua experiência dialoga com Caporal e Costabeber (2004), que compreendem a Agroecologia como um campo constituído por dimensões técnicas, sociais, políticas e éticas.

As narrativas presentes no caderno também revelam aproximações com os princípios do Bem Viver, especialmente pela valorização da cooperação, da reciprocidade, do cuidado com a Natureza e da vida comunitária (Rede Semear, 2022-2026). Como apontam Acosta (2016) e Gudynas (2011), o Bem Viver propõe uma concepção de desenvolvimento que não se restringe ao crescimento econômico. Nessa perspectiva, produzir alimentos, cuidar da terra, trocar sementes e fortalecer vínculos comunitários integram um mesmo projeto de vida.

Essa relação entre produção, território e vida comunitária também pode ser compreendida a partir das contribuições de Leff (2015) e Porto-Gonçalves (2017). Esses autores demonstram que os conflitos ambientais e rurais não dizem respeito apenas ao uso dos recursos naturais, mas também aos modos de vida, aos saberes das comunidades e às formas de relação estabelecidas com a Natureza. Ao fortalecer práticas agroecológicas territorialmente situadas, a Rede Semear constrói uma alternativa concreta ao agronegócio e reafirma a importância dos conhecimentos produzidos pelas comunidades rurais.

A documentação também evidencia desafios enfrentados pela organização, entre os quais se destacam a ampliação da participação das juventudes, o fortalecimento dos processos de sucessão rural, a continuidade das ações autogestionárias e a expansão das práticas agroecológicas para outras comunidades (Rede Semear, 2022-2026). Tais desafios indicam que a consolidação da Agroecologia depende tanto de práticas produtivas sustentáveis quanto de organização social, formação permanente e participação comunitária, conforme argumentam Altieri (2012), Gliessman (2015) e Caporal e Costabeber (2004).

Esses desafios não diminuem a relevância da experiência analisada. Ao contrário, demonstram que a Rede Semear constitui um processo vivo de construção coletiva, continuamente reelaborado por seus integrantes ao longo do período documentado. O conjunto da documentação evidencia que a Agroecologia se fortalece quando parte das necessidades concretas das comunidades, valoriza os conhecimentos locais e produz relações de cooperação capazes de sustentar práticas solidárias, ecológicas e territorialmente enraizadas.

5 Aplicações práticas

A análise desenvolvida neste artigo pode orientar agricultores(as) familiares, extensionistas rurais, educadores(as), gestores(as) públicos(as) e organizações da sociedade civil interessados(as) na promoção da Agroecologia e do desenvolvimento rural sustentável. A experiência da Rede Semear mostra que políticas públicas voltadas à agricultura familiar podem alcançar melhores resultados quando valorizam processos participativos, fortalecem redes locais de cooperação e reconhecem os conhecimentos produzidos pelas próprias comunidades rurais.

Da mesma forma, os registros analisados reforçam a importância de incentivar práticas como mutirões, feiras de sementes crioulas, formação continuada e construção coletiva do conhecimento. Essas ações favorecem a autonomia produtiva, a conservação da biodiversidade e o fortalecimento das organizações comunitárias.

Este trabalho também pode apoiar novas pesquisas sobre Agroecologia na Amazônia, especialmente aquelas voltadas às relações entre agricultura familiar, organização social, conservação ambiental e Bem Viver.

6 Considerações finais

Este artigo teve como objetivo analisar a experiência da Rede Semear como expressão da Agroecologia e do Bem Viver no contexto da agricultura familiar do Sudeste de Rondônia. A partir da análise dos registros produzidos pelos(as) integrantes da Rede e do diálogo

com a literatura especializada, verificou-se que a Rede constitui uma experiência de organização coletiva capaz de integrar produção agroecológica, formação permanente, conservação da biodiversidade e fortalecimento comunitário.

Os resultados demonstram que práticas como mutirões, feiras de troca de sementes, produção de bioinsumos e processos participativos de aprendizagem fortalecem os sistemas produtivos e, ao mesmo tempo, as relações de solidariedade, reciprocidade e pertencimento entre agricultores(as) e famílias agricultoras.

Verificou-se, igualmente, que a Agroecologia vivenciada pela Rede Semear ultrapassa a dimensão técnica da produção agrícola, configurando-se como um modo de vida orientado pelo cuidado com a terra, pela valorização dos saberes tradicionais e pela defesa da biodiversidade. Essa compreensão aproxima a experiência dos princípios do Bem Viver, ao reconhecer que a sustentabilidade depende da construção de relações equilibradas entre pessoas, Natureza e comunidade.

Embora o estudo esteja limitado à análise de uma experiência específica, seus resultados oferecem contribuições importantes para compreender as potencialidades da Agroecologia como estratégia de desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. Pesquisas futuras poderão aprofundar a análise dos impactos socioeconômicos, ambientais e culturais produzidos pela atuação da Rede Semear, ampliando o conhecimento sobre experiências semelhantes desenvolvidas em outros territórios brasileiros.

Referências

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia e extensão rural**: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecology**: the ecology of sustainable food systems. 3. ed. Boca Raton: CRC Press, 2015.

GUDYNAS, Eduardo. **Buen Vivir**: today's tomorrow. *Development*, v. 54, n. 4, p. 441-447, 2011.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

REDE SEMEAR. **Caderno coletivo da Rede Semear**. [Espigão d'Oeste], RO, 2022–2026. Documento institucional de circulação interna.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

PRIMAVESI, Ana. **Manejo ecológico do solo**: a agricultura em regiões tropicais. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

Sobre os(as) autores(as):

LEITE, C. S.: Especialista em Auditoria, Perícia e Projetos Ambientais pela Faculdade de Pimenta Bueno. Bacharel em Ciências Contábeis. Servidora pública. Agricultora familiar, membro fundadora e participante da Rede Semear. E-mail: cicera.sleite4560@gmail.com

POZZEBON, A.: Especialista em Direitos Humanos pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e em Cooperativismo pela Universidade Vale dos Sinos. Filósofo, agricultor familiar, apicultor, membro fundador e participante da Rede Semear. E-mail: altairpozzebon@hotmail.com

ALVES, A. P.: Técnica em Agronegócio pelo SENAR. Agricultora familiar e membro participante da Rede Semear. E-mail: Paulaalvesa339@gmail.com

CHAVES, J. O.: Pedagogo pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Agricultor familiar, membro fundador e participante da Rede Semear e do MST. E-mail: Luzineibarroto@gmail.com

HENDGES, L. P. B.: Secretária-geral do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Espigão D'Oeste. Presidente da Associação de Mulheres Agricultoras da Zona da Mata (AMAZOMA). Educadora popular, terapeuta em Homeopatia, agricultora familiar e participante da Rede Semear e das Servas Luteranas. E-mail: leonicepereirabrito hendges@gmail.com

COGO, M. A.: Especialista em Gestão Escolar pela Universidade Federal de Rondônia. Pedagoga, agricultora familiar e participante da Rede Semear. E-mail: gustacogo@hotmail.com

OLIVEIRA, P. A. A.: Estudante do Curso Técnico em Agroecologia integrado ao Ensino Médio pelo Instituto Técnico Federal de Rondônia. Agricultora familiar e participante da Rede Semear. E-mail: polianaandreine@gmail.com

Declarações:

Declaração de conflito de interesses: Os(as) autores(as) declaram não haver conflito de interesses de ordem pessoal, comercial, acadêmica, política ou financeira neste manuscrito.

Declaração de uso de inteligência artificial (IA): Os(as) autores(as) declaram que utilizaram a ferramenta ChatGPT, modelo GPT-5.5, por meio do plano ChatGPT Plus, exclusivamente como apoio à revisão de língua portuguesa, à verificação da conformidade formal das citações e referências e à adequação da formatação segundo as normas da ABNT. O uso da ferramenta teve caráter auxiliar e não substituiu a análise crítica, a redação autoral, a responsabilidade científica, ética e editorial dos(as) autores(as), que conferiram integralmente o conteúdo final do manuscrito e assumem plena responsabilidade por sua precisão, originalidade, integridade e conformidade normativa.

Figura 1: Símbolo da Rede Semear



Instrumentos para mensuração de habilidades de vida: uma revisão sistemática das evidências psicométricas

1 Leila Gracieli da Silva   

2 Daniela Ribeiro Schneider   

Resumo

As habilidades de vida são um conjunto de competências sociais, cognitivas e emocionais importantes para a promoção da saúde, a prevenção de comportamentos de risco e o desenvolvimento humano. Com a ampliação de programas voltados ao ensino dessas habilidades, cresceu também a necessidade de instrumentos válidos e confiáveis para avaliá-las.

Este estudo teve como objetivo analisar as evidências psicométricas de instrumentos desenvolvidos ou adaptados transculturalmente para mensurar habilidades de vida. Foi realizada uma revisão sistemática da literatura, seguindo as recomendações do protocolo PRISMA. As buscas ocorreram nas bases PsycINFO, Web of Science, Embase, Scopus e PubMed, considerando estudos publicados entre 2016 e 2021.

Ao final do processo de seleção, 17 estudos foram incluídos na revisão. Os resultados mostraram maior presença de instrumentos desenvolvidos em países asiáticos e europeus, principalmente nos contextos esportivo e escolar, seguidos por estudos voltados à prevenção do uso de álcool e outras drogas. A validade fatorial foi a evidência de validade mais utilizada, enquanto a consistência interna foi a principal estimativa de confiabilidade. Conclui-se que, embora exista interesse crescente na mensuração das habilidades de vida, ainda é necessário ampliar as evidências psicométricas disponíveis e desenvolver instrumentos que possam ser aplicados em diferentes contextos e populações.

Palavras-chave: habilidades de vida; revisão sistemática; psicometria; validade; confiabilidade.

Filiação: 1 Faculdade Alfa Umuarama (Unialfa)
2 Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)



Life skills assessment instruments: a systematic review of psychometric evidence

Abstract

Life skills comprise a set of social, cognitive, and emotional competencies that are essential for health promotion, the prevention of risk behaviors, and human development. As programs aimed at teaching these skills have expanded, so too has the need for valid and reliable instruments to assess them. This study aimed to analyze the psychometric evidence of instruments developed or cross-culturally adapted to measure life skills. A systematic literature review was conducted following the recommendations of the PRISMA guidelines. Searches were performed in the PsycINFO, Web of Science, Embase, Scopus, and PubMed databases, considering studies published between 2016 and 2021. At the end of the selection process, 17 studies were included in the review. The results indicated a predominance of instruments developed in Asian and European countries, mainly in sports and school settings, followed by studies focused on the prevention of alcohol and other drug use. Factorial validity was the most frequently reported source of validity evidence, whereas internal consistency was the primary estimate of reliability. The findings indicate that, although interest in measuring life skills has increased, further psychometric evidence is still needed, as well as the development of instruments applicable across different contexts and populations.

Keywords: life skills; systematic review; psychometrics; validity; reliability.

Instrumentos para la evaluación de las habilidades para la vida: una revisión sistemática de las evidencias psicométricas

Resumen

Las habilidades para la vida constituyen un conjunto de competencias sociales, cognitivas y emocionales fundamentales para la promoción de la salud, la prevención de conductas de riesgo y el desarrollo humano. Con la expansión de los programas orientados a la enseñanza de estas habilidades, también aumentó la necesidad de contar con instrumentos válidos y confiables para evaluarlas. Este estudio tuvo como objetivo analizar las evidencias psicométricas de instrumentos desarrollados o adaptados transculturalmente para medir las habilidades para la vida. Se realizó una revisión sistemática de la literatura siguiendo las recomendaciones de la guía PRISMA. Las búsquedas se llevaron a cabo en las bases de datos PsycINFO, Web of Science, Embase, Scopus y PubMed, considerando estudios publicados entre 2016 y 2021. Al finalizar el proceso de selección, se incluyeron 17 estudios en la revisión. Los resultados mostraron un predominio de instrumentos desarrollados en países asiáticos y europeos, principalmente en los contextos deportivo y escolar, seguidos por estudios orientados a la prevención del consumo de alcohol y otras drogas. La validez factorial fue la evidencia de validez más utilizada, mientras que la consistencia interna constituyó la principal estimación de confiabilidad. Se concluye que, aunque existe un interés creciente por la medición de las habilidades para la vida, aún es necesario ampliar las evidencias psicométricas disponibles y desarrollar instrumentos que puedan aplicarse en diferentes contextos y poblaciones.

Palabras clave: habilidades para la vida; revisión sistemática; psicometría; validez; confiabilidad.

1 Introdução

O desenvolvimento das habilidades de vida tem sido reconhecido internacionalmente como uma estratégia importante para promover saúde, prevenir comportamentos de risco e fortalecer competências psicossociais ao longo da vida. Com a expansão de programas voltados ao ensino dessas habilidades, também aumentou a necessidade de instrumentos capazes de avaliá-las de forma válida e confiável. Esses instrumentos ajudam a avaliar intervenções, comparar resultados e produzir evidências científicas.

As habilidades de vida são necessárias para lidar, de forma construtiva e efetiva, com problemas e desafios do cotidiano (Organização Mundial da Saúde, 1994). Elas favorecem comportamentos de proteção e se relacionam negativamente com comportamentos de risco, como uso problemático de drogas, violência e criminalidade (Kase *et al.*, 2016). Em diferentes contextos, as pessoas tendem a agir de modo mais competente quando conseguem recorrer a essas habilidades (Morales Rodríguez; Benítez Hernández; Agustín Santos, 2013).

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 1997) indicou dez habilidades de vida principais: autoconhecimento; empatia; comunicação assertiva; habilidades interpessoais; tomada de decisão; resolução de problemas; pensamento criativo; pensamento crítico; manejo das emoções e sentimentos; e manejo do estresse.

Essas habilidades se complementam. Quando analisadas de forma isolada, perdem parte da força do conjunto proposto pela OMS. Seu desenvolvimento pode apoiar tanto aspectos pessoais, como lidar com emoções e estresse, quanto aspectos interpessoais, como construir e manter bons relacionamentos. Também pode contribuir para a prevenção de emoções negativas e comportamentos problemáticos, além de favorecer práticas de cuidado voltadas à saúde física e mental (Fagan; Mihalic, 2003).

Existem diversos programas destinados ao ensino das habilidades de vida, principalmente em escolas, com crianças e adolescentes (Botvin; Griffin, 2004; Lynch; Styles, 2018; Cocchiara *et al.*, 2020). Também há meta-análises que apontam a eficácia dessas habilidades na promoção da saúde mental (Hooman; Ganji; Omidifar, 2013). Porém, ainda é necessário compreender melhor quais instrumentos existem para mensurar essas habilidades, seja para avaliar intervenções antes e depois de sua realização, seja para identificar repertórios que precisam ser fortalecidos.

Diante desse cenário, este estudo consiste em uma revisão sistemática da literatura. Seu objetivo geral foi analisar as propriedades psicométricas de instrumentos desenvolvidos ou adaptados transculturalmente para mensurar habilidades de vida. Como objetivos específicos, buscou-se: rastrear e apresentar indicadores bibliométricos dos estudos encontrados; mapear os países que produziram instrumentos para essa finalidade;

identificar contextos de aplicação e público-alvo; e sintetizar as evidências de validade e confiabilidade dos instrumentos.

2 Procedimentos metodológicos

Para revisar a literatura sobre instrumentos, escalas ou questionários destinados à mensuração das habilidades de vida, foram seguidas as recomendações do protocolo PRISMA, sigla em inglês para *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*¹ (Moher et al., 2009). As buscas foram realizadas entre outubro e dezembro de 2021 nas bases PsycINFO, Web of Science, Embase, Scopus e PubMed, que indexam pesquisas nas áreas da saúde, psicologia e psiquiatria. (Moher et al., 2009).

2.1 Estratégias de busca

No levantamento inicial, foram utilizados os seguintes termos: habilidades de vida OR habilidades para a vida; instrumentos OR escalas OR questionários AND validação. Também foram utilizados descritores MeSH em inglês: (1) Habilidades de Vida OR Habilidades para a Vida; (2) instrumentos OR escalas OR questionários AND validação. Os descritores MeSH utilizados foram: (“Life skills”[Title/Abstract] OR “Life skill”[Title/Abstract]) AND (“Instruments”[Title/Abstract] OR “scale”[Title/Abstract] OR “test”[Title/Abstract] OR “tests”[Title/Abstract] OR “survey”[Title/Abstract] OR “surveys”[Title/Abstract] OR “validity”[Title/Abstract]). Os idiomas pesquisados seguiram o idioma principal de cada base de dados.

2.2 Critérios de inclusão e exclusão

Foram incluídos artigos empíricos que construíram, validaram ou adaptaram transculturalmente instrumentos destinados à mensuração do construto “habilidades de vida”. Também foram considerados estudos publicados em inglês, português ou espanhol, entre 2016 e 2021, indexados nas bases PsycINFO, Web of Science, Embase, Scopus e PubMed.

Foram excluídos ensaios teóricos, artigos que não tratavam diretamente da mensuração das habilidades de vida, estudos comparativos, teses, dissertações, livros e capítulos de livros. Também foram excluídos estudos voltados apenas ao desenvolvimento de programas de intervenção ou à avaliação de habilidades específicas, como habilidades sociais ou empatia, quando essas habilidades não eram analisadas como parte do conjunto proposto pela OMS.

1 Tradução: Principais itens para relatar revisões sistemáticas e meta-análises

2.3 Seleção do corpus de análise

O rastreamento, a seleção e a avaliação de elegibilidade dos estudos foram realizados por duas pesquisadoras independentes. Quando havia discordância, uma terceira juíza era acionada para decidir. As pesquisadoras analisaram, às cegas, títulos, resumos e palavras-chave dos artigos encontrados. Os estudos selecionados nessa etapa foram lidos na íntegra e, depois, incluídos ou excluídos do corpus final da revisão. O coeficiente kappa indicou boa concordância entre as juízas na etapa de elegibilidade ($\kappa \geq 0,70$; $p < 0,001$; concordância = 75%).

2.4 Extração dos dados

As mesmas pesquisadoras responsáveis pela seleção também realizaram a extração dos dados de forma independente. Em caso de divergência, recorria-se novamente à terceira juíza. Foram extraídas as seguintes informações: autores(as), ano de publicação, base indexadora, delineamento metodológico, população-alvo, contexto de avaliação das habilidades de vida, evidências psicométricas utilizadas, resultados e limitações apontadas pelos(as) autores(as). O processo de seleção dos estudos está apresentado na **Figura 1**.

2.5 Avaliação do risco de viés

O risco de viés dos artigos selecionados foi avaliado por meio do instrumento *Risk of Bias Utilized for Surveys Tool*² (ROBUST) proposto por Nudelman e Otto (2020). Esse instrumento avalia oito domínios de estudos de levantamento: representatividade da amostra; método de recrutamento dos(as) participantes; percentual de participantes excluídos(as); tamanho final da amostra; apresentação das variáveis sociodemográficas; confiabilidade das medidas; controle do ambiente de coleta; e administração dos dados. Assim como nas etapas anteriores, o ROBUST foi aplicado por duas pesquisadoras independentes. Quando havia divergência, uma terceira juíza era acionada. O teste kappa indicou concordância substancial entre as avaliadoras nos oito domínios investigados ($\kappa \geq 0,80$; $p < 0,001$; concordância $\geq 80\%$).

3 Resultados e discussão

3.1 Caracterização dos estudos incluídos

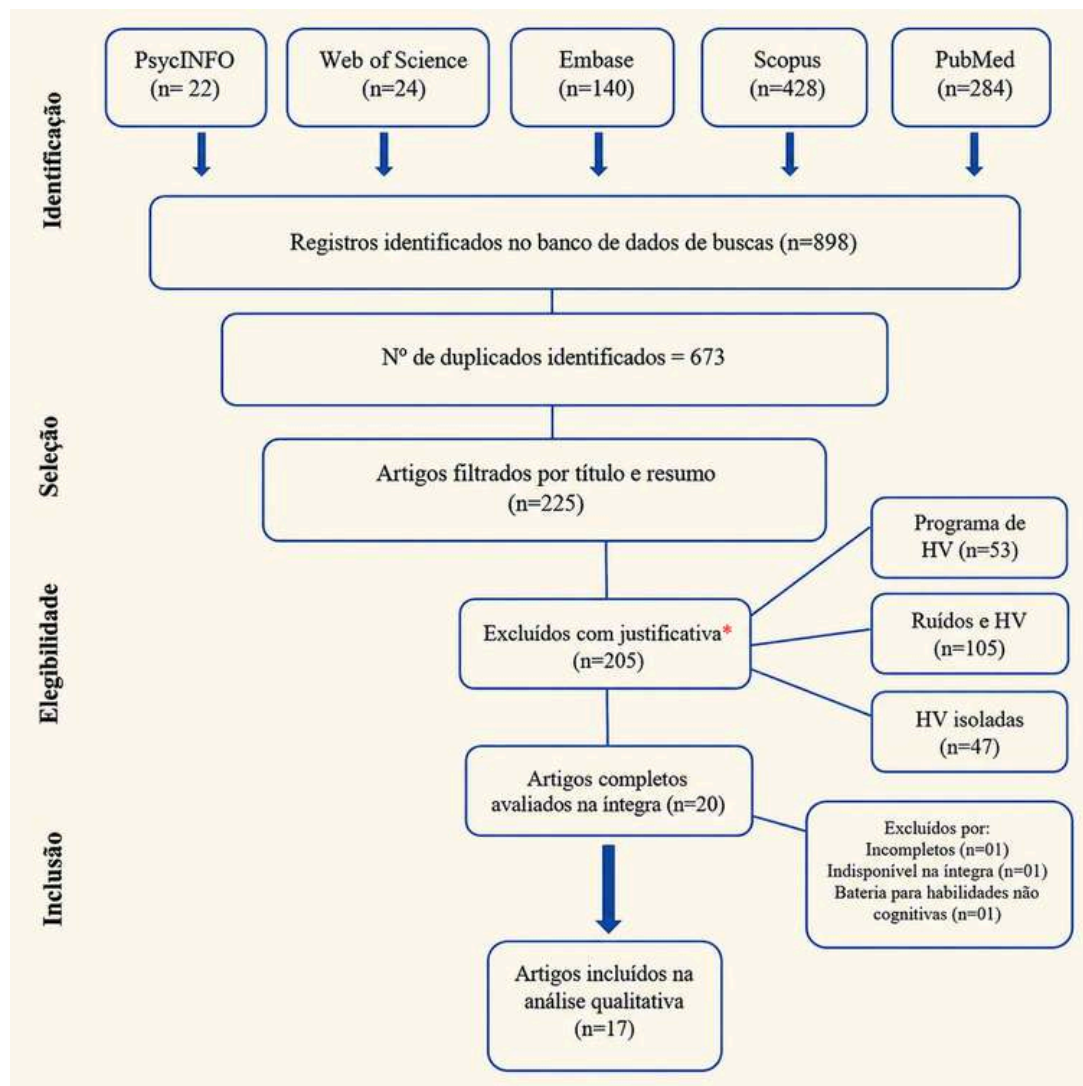
A Figura 1 apresenta a quantidade de artigos em cada etapa da seleção do corpus. Nas cinco bases pesquisadas, foram identificados inicialmente 898 artigos, dos quais 673 eram duplicados. Depois da exclusão de teses, dissertações e artigos com resumo indisponível, 225 artigos tiveram título, resumo e palavras-chave analisados.

Os estudos excluídos nessa etapa foram organizados em três grupos:

2 Tradução: Instrumento de avaliação do risco de viés em estudos de levantamento

Programas de Habilidades de Vida (n = 53), Ruídos e Habilidades de Vida (n = 105) e Habilidades de Vida isoladas (n = 47).

Figura 1. Fluxograma da revisão sistemática sobre instrumentos para mensurar habilidades de vida



Fonte: As autoras.

O grupo “Programas de Habilidades de Vida” reuniu estudos que tratavam do ensino ou aprimoramento dessas habilidades em diferentes contextos, mas não desenvolveram instrumentos para mensurá-las. O grupo “Ruídos e Habilidades de Vida” reuniu artigos que mencionavam as habilidades de vida apenas de forma secundária, como desfechos em estudos sobre outros temas, por exemplo qualidade de vida. O grupo “Habilidades de Vida isoladas” incluiu estudos sobre habilidades específicas, como habilidades sociais, empatia e resolução de problemas. Embora essas habilidades façam parte do conjunto proposto pela OMS (1997), os estudos não avaliavam o construto de habilidades de vida como um todo.

Na etapa de elegibilidade, foram excluídos artigos de acesso restrito (n = 1), artigos

indisponíveis na íntegra ($n = 1$) e um estudo que avaliou habilidades de vida em conjunto com habilidades não cognitivas (Makransky *et al.*, 2019). Assim, dos 20 artigos que avançaram para a etapa de elegibilidade, 17 compuseram o corpus final da revisão.

Considerando os estudos incluídos, observou-se aumento do interesse pela mensuração das habilidades de vida entre 2019 e 2021, com produção variando entre quatro e cinco estudos por ano. Os países de origem das publicações foram: Reino Unido ($n = 3$), Índia ($n = 3$), Irã ($n = 2$), Estados Unidos ($n = 2$), Canadá ($n = 2$), Brasil ($n = 2$), Japão ($n = 1$), Rússia ($n = 1$) e Espanha ($n = 1$). Ao todo, os estudos reuniram 9.018 participantes, de ambos os sexos, com idade entre 8 e 60 anos. As principais características dos artigos incluídos estão apresentadas na **Tabela 1**.

A *Life Skills Scale for Sport*³ foi o instrumento mais frequentemente adaptado transculturalmente ($n = 3$) (Cronin; Allen, 2016). Também foi identificado um aperfeiçoamento dessa escala, chamado *Life Skills Scale for Sport – Transfer Scale*⁴ (LSSS-TS) (Mossman *et al.*, 2021). A *Life Skills Assessment Scale*⁵ apareceu em dois estudos porque, depois de sua validação inicial (Pearson *et al.*, 2020), teve suas normas de idade ampliadas (Venkatesh *et al.*, 2020).

A análise metodológica dos estudos mostrou predomínio de pesquisas voltadas ao desenvolvimento e à validação inicial de instrumentos ($n = 14$), em comparação às adaptações transculturais ($n = 3$). A população-alvo variou de crianças a adultos, com maior concentração de instrumentos destinados a adultos jovens ($n = 6$). Não foram identificados instrumentos específicos para avaliar habilidades de vida em crianças ou idosos. A população idosa também não foi contemplada em nenhum dos estudos incluídos, conforme apresentado na **Tabela 2**.

3.2 Características metodológicas e evidências psicométricas

A análise estatística dos dados foi realizada em softwares específicos. Os mais utilizados foram o *Statistical Package for the Social Sciences*⁶ (SPSS) ($n = 5$) e o Mplus ($n = 4$). O grupo chamado “misto” reuniu estudos que usaram mais de um programa, como JASP e Factor.

A Análise Fatorial Exploratória (AFE) foi o procedimento mais empregado, tanto isoladamente quanto em conjunto com outras técnicas. Também foram utilizadas Análise Fatorial Confirmatória (AFC), análises de correlação, Análise de Componentes Principais (ACP), Modelagem por Equações Estruturais (MEE) e Coeficiente de Correlação Intraclass (CCI).

3 Tradução: Escala de Habilidades de Vida para o Esporte

4 Tradução: Escala de Habilidades de Vida para o Esporte – Escala de Transferência

5 Tradução: Escala de Avaliação de Habilidades de Vida

6 Tradução: Pacote Estatístico para as Ciências Sociais

A **Tabela 3** apresenta as evidências de validade e confiabilidade usadas nos estudos, bem como a pontuação obtida no protocolo ROBUST (Nudelman; Otto, 2020). Em relação à confiabilidade dos instrumentos, 10 estudos utilizaram o alfa de Cronbach para estimar a consistência interna. A consistência interna indica se os itens de um instrumento avaliam, de modo coerente, o mesmo construto. Três estudos avaliaram a estabilidade temporal por meio do Coeficiente de Correlação Intraclass, também chamado de teste-reteste (Souza; Alexandre; Guirardello, 2017).

Os dados da Tabela 3 mostram o uso de diferentes evidências de validade. A mais frequente foi a validade fatorial ($n = 9$), seguida pelas evidências de conteúdo ($n = 3$), convergente ($n = 3$), transcultural ($n = 3$), de critério ($n = 1$), de construto ($n = 1$), preditiva ($n = 1$), discriminante ($n = 1$) e concorrente ($n = 1$). De modo geral, as evidências de validade indicam se o instrumento mede aquilo que se propõe a medir (Souza; Alexandre; Guirardello, 2017).

O protocolo ROBUST foi utilizado para avaliar o risco de viés metodológico dos estudos incluídos (Nudelman; Otto, 2020). Os aspectos mais frágeis foram: coleta de dados em ambientes não controlados, especialmente em coletas on-line; recrutamento de participantes por conveniência; e ausência de critérios de exclusão bem descritos nos procedimentos metodológicos.

Entre os estudos analisados, um atendeu a todos os critérios do protocolo (Cronin; Allen, 2016), 14 obtiveram pontuação entre 6 e 7 itens, e dois alcançaram entre 4 e 5 pontos dos oito critérios avaliados. Ou seja, os resultados da Tabela 3 também confirmam limitações apontadas pelos(as) autores(as) dos estudos incluídos. Entre elas, destacam-se: necessidade de adaptação dos instrumentos para outros países e culturas; ampliação de estudos de estabilidade temporal, como teste-reteste; realização de pesquisas longitudinais; maior equilíbrio da amostra por gênero; redução do uso de amostras de conveniência; maior controle do ambiente de aplicação; uso de diferentes evidências de validade de construto; controle da desejabilidade social e da precisão das respostas em instrumentos de autorrelato; e comparação das habilidades de vida com outros construtos, como habilidades sociais, saúde mental, qualidade de vida e resiliência. Não foram descritos conflitos de interesse nem fontes de financiamento nos estudos analisados.

Quanto aos contextos de aplicação, observou-se predomínio do âmbito esportivo ($n = 6$), seguido do contexto escolar ($n = 5$) e da prevenção ao uso de álcool e outras drogas ($n = 3$). Também foram encontrados instrumentos aplicados no contexto familiar, em famílias nucleares e em serviços de acolhimento institucional (Valeryvna; Valentinovna, 2019), em militares (Ashtiani *et al.*, 2018) e em pessoas com transtornos mentais graves (Chandran *et al.*, 2021).

3.3 Discussão dos achados

A capacidade de manter bem-estar e expressá-lo por meio de comportamentos socialmente habilidosos e adaptativos nas relações com outras pessoas, com a cultura e com o ambiente tem se tornado cada vez mais importante na sociedade contemporânea (OMS, 1994; Chandran *et al.*, 2021). Nesse sentido, o cuidado com a saúde não deve se limitar à oposição entre saúde e doença. O desenvolvimento de habilidades psicossociais também é uma estratégia relevante para promover saúde e construir relações sociais mais satisfatórias (Martínez, 2014).

Os achados desta revisão mostram interesse internacional no desenvolvimento de programas destinados ao ensino e ao aprimoramento das habilidades de vida. Nos Estados Unidos, por exemplo, o programa *Life Skills Training*⁷ (LST) vem sendo desenvolvido em instituições educacionais há mais de duas décadas e tem apresentado resultados consistentes na prevenção do uso problemático de álcool e outras drogas (Botvin, 2004).

No Japão, o ensino e o desenvolvimento das habilidades de vida são incentivados tanto para crianças e adolescentes em idade escolar quanto para adultos. Isso ocorre porque desafios cotidianos, como o manejo do estresse no trabalho e das relações interpessoais, tornaram-se cada vez mais complexos. Essa necessidade é ilustrada pelo aumento das taxas de suicídio e da rotatividade precoce no trabalho entre adolescentes e adultos (Kase *et al.*, 2016).

Por outro lado, esta revisão não identificou publicações sobre a temática em países do continente africano, embora existam programas baseados no modelo das habilidades de vida. Na América Latina, o Brasil foi o único país com estudos incluídos nesta revisão (Nascimento-Junior *et al.*, 2019; Ciampolini *et al.*, 2021). Esse resultado pode refletir diferenças na distribuição da produção científica internacional e reforça a necessidade de ampliar pesquisas sobre habilidades de vida em contextos socioculturais ainda pouco representados.

Em relação à população-alvo dos instrumentos, destacaram-se adolescentes e adultos jovens, que juntos somaram nove estudos. Esse achado pode estar relacionado às características dessas fases do desenvolvimento, nas quais há intenso crescimento das competências psicossociais. Ainda assim, essa hipótese deve ser interpretada com cautela, pois a ausência de instrumentos específicos para crianças e idosos impede conclusões mais amplas sobre esses grupos.

Nesse sentido, estudos longitudinais podem ajudar a compreender como as habilidades de vida se desenvolvem ao longo do tempo e quais períodos são mais favoráveis para sua promoção.

7 Tradução: Treinamento em Habilidades de Vida

A análise dos instrumentos encontrados indica a necessidade de maior rigor no delineamento metodológico e na apresentação dos resultados. A descrição clara de todas as etapas da pesquisa, inclusive dos resultados que não confirmam as expectativas iniciais, fortalece as evidências produzidas. Além disso, o planejamento adequado das análises estatísticas é fundamental, pois variáveis mal medidas comprometem a validade das inferências e prejudicam as conclusões sobre os fenômenos estudados (Figueiredo; Silva, 2010).

A Psicometria dedica-se à mensuração de fenômenos que não podem ser observados diretamente, chamados de variáveis latentes ou construtos. Entre eles estão inteligência, personalidade, motivação e habilidades de vida. Essas variáveis são avaliadas por meio de indicadores observáveis e modelos estatísticos. Nesse contexto, a Análise Fatorial Exploratória (AFE) é usada para investigar a estrutura interna de um conjunto de variáveis e verificar se elas podem ser organizadas em um número menor de fatores. Em termos simples, a AFE ajuda a compreender se os itens de um instrumento se agrupam de modo coerente e se representam adequadamente o construto que se pretende medir.

Por meio da AFE, é possível reduzir o número de dimensões necessárias para descrever dados derivados de muitas medidas (Urbina, 2007). Assim, investigar a estrutura fatorial de um instrumento permite verificar se ele representa adequadamente o construto avaliado. Como destacam Figueiredo e Silva (2010), a análise fatorial oferece uma “visão além do alcance” sobre as relações entre variáveis observadas e construtos latentes.

A confiabilidade refere-se ao grau de precisão e estabilidade das medidas produzidas por um instrumento, sendo um dos principais indicadores de sua qualidade (Martins, 2006). Nos estudos analisados, não foram encontradas evidências de confiabilidade por equivalência, também chamada de confiabilidade interobservadores. A consistência interna foi a evidência mais frequente ($n = 10$). Além disso, três estudos não apresentaram nenhuma análise de confiabilidade.

Em relação aos instrumentos investigados, observou-se coerência entre os procedimentos estatísticos usados e as recomendações da literatura especializada. A Análise Fatorial Exploratória foi a técnica mais utilizada para o desenvolvimento, avaliação e refinamento de instrumentos psicométricos (Floyd; Widaman, 1995; Damásio, 2012).

O uso de diferentes *softwares* estatísticos pode ser explicado pelo fato de que nem todos os programas oferecem o conjunto completo de análises necessárias para investigar variáveis latentes. Por isso, é comum que os(as) pesquisadores(as) utilizem mais de um *software*, especialmente quando determinados recursos estão disponíveis apenas em programas comerciais.

4 Aplicações práticas

Os resultados desta revisão sistemática podem auxiliar pesquisadores(as), gestores(as) e profissionais das áreas da saúde, educação e assistência social na escolha de instrumentos psicometricamente adequados para mensurar habilidades de vida em diferentes contextos de intervenção.

Na Amazônia Ocidental, especialmente em Rondônia, adolescentes e jovens convivem com vulnerabilidades programáticas, sociais e territoriais que podem limitar o acesso a políticas públicas de promoção da saúde e do desenvolvimento humano. Nesse contexto, a avaliação sistemática das habilidades de vida pode ser uma ferramenta importante para planejar, acompanhar e avaliar programas preventivos e intersetoriais.

O uso de instrumentos com evidências psicométricas fortalece a produção de indicadores confiáveis e pode contribuir para ações mais efetivas de promoção da saúde mental, cidadania e inclusão social.

5 Considerações finais

Esta revisão buscou analisar instrumentos desenvolvidos ou adaptados transculturalmente para mensurar habilidades de vida, com atenção às suas evidências psicométricas. Os resultados mostram que há interesse crescente pelo tema, especialmente em contextos escolares, esportivos e de prevenção ao uso de álcool e outras drogas.

Os achados indicam que a validação e a adaptação de instrumentos são processos contínuos. Um instrumento precisa reunir diferentes evidências de validade e confiabilidade para que seus resultados possam ser interpretados com segurança. Nesta revisão, a validade fatorial foi a evidência mais utilizada, enquanto a consistência interna foi a principal forma de estimar confiabilidade.

Também foram identificadas lacunas importantes, como a baixa presença de estudos com crianças e idosos, a concentração de pesquisas em alguns países e a necessidade de ampliar análises como teste-reteste, estudos longitudinais e comparação das habilidades de vida com outros construtos relacionados.

Conclui-se que a mensuração das habilidades de vida ainda precisa ser fortalecida por meio de instrumentos mais robustos, adaptados a diferentes populações e contextos culturais. Esse avanço pode contribuir para o planejamento e a avaliação de programas voltados à promoção da saúde, ao desenvolvimento humano e à prevenção de comportamentos de risco.

Referências

- BOTVIN, G. J. Preventing adolescent drug abuse through life skills training: theory, evidence of effectiveness, and implementation issues. In: CANE, J. **Social programs that work**. New York: Russell Sage Foundation, 1998. p. 225-257.
- BOTVIN, G. J.; GRIFFIN, K. W. Life Skills Training: empirical findings and future directions. **Journal of Primary Prevention**, v. 25, n. 2, p. 211-232, 2004.
- CUNHA, N.; RODRIGUES, M. C. O desenvolvimento de competências psicossociais como fator de proteção ao desenvolvimento infantil. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, Londrina, v. 1, n. 2, p. 235-248, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S223664072010000200008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 16 set. 2021.
- DAMÁSIO, B. F. Uso da análise fatorial exploratória em psicologia. **Avaliação Psicológica**, v. 11, n. 2, p. 213-228, 2012.
- FRANCO, G. R. **Habilidades de Vida**: implementação e avaliação de uma pesquisa-intervenção com adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/800>
- FLOYD, F. J.; WIDAMAN, K. F. Factor analysis in the development and refinement of clinical assessment instruments. **Psychological Assessment**, v. 7, n. 3, p. 286-299, 1995.
- NASCIMENTO-JUNIOR, J. R. A. et al. Cross-cultural adaptation and psychometric properties of the Portuguese version of the Life Skills Scale for Sport. **Measurement in Physical Education and Exercise Science**, v. 24, n. 1, p. 40-52, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1080/1091367X.2019.1647208>
- HOOMAN, H. A.; GANJI, K.; OMIDIFAR, A. The meta-analysis of the effectiveness of life skills training on mental health. **Developmental Psychology: Iranian Psychologists**, v. 10, n. 37, p. 1-12, 2013.
- GARCÍA-ALBA, L.; POSTIGO, Á.; GULLO, F.; MUÑIZ, J.; DEL VALLE, J. F. PLANEA Independent Life Skills Scale: development and validation. **Psicothema**, v. 33, n. 2, p. 268-278, 2021. DOI: <https://doi.org/10.7334/psicothema2020.450>.
- LYNCH, S.; STYLES, B. The In:tuition life skills and alcohol education programme: results from two cluster-randomised trials. **International Journal of Health Promotion and Education**, v. 56, n. 3, p. 125-142, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1080/14635240.2018.1431952>.

MARTINS, G. A. Sobre confiabilidade e validade. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios (RBGN)**, São Paulo, v. 8, n. 20, p. 1-12, jan./abr. 2006. DOI: <https://doi.org/10.7819/rbgn.v8i20.51>

CHANDRAN, M. C.; SAJI, F.; SAMUEL, R.; JACOB, K. S. Development and validation of the Vellore Life Skills Inventory among people with severe mental illness. **Indian Journal of Psychiatry**, v. 63, n. 1, p. 15-27, 2021. DOI: https://doi.org/10.4103/psychiatry.IndianJPsychiatry_872_20.

MORALES RODRÍGUEZ, M.; BENÍTEZ HERNÁNDEZ, M.; AGUSTÍN SANTOS, D. Habilidades de vida (cognitivas e sociais) em adolescentes rurais. **Revista Electrónica de Investigación Educativa**, v. 15, n. 3, p. 98-113, 2013. Disponível em: <http://redie.uabc.mx/vol15no3/contenido-moralesetal.html>. Acesso em: 31 jan. 2022.

MOHER, D.; LIBERATI, A.; TETZLAFF, J.; ALTMAN, D. G. **Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses: the PRISMA Statement**. 2009. Disponível em: <https://www.prisma-statement.org>. Acesso em: 16 set. 2021.

MURTA, S. G. Programas de prevenção a problemas emocionais e comportamentais em crianças e adolescentes: lições de três décadas de pesquisa. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 20, n. 1, p. 1-8, 2007.

KASE, T.; IIMURA, S.; BANNAI, K.; OISHI, K. Development of the Life Skills Scale for Adolescents and Adults. **The Japanese Journal of Psychology**, v. 87, n. 5, p. 546-555, 2016. DOI: [10.4992/jjpsy.87.15229](https://doi.org/10.4992/jjpsy.87.15229).

URBINA, S. **Fundamentos da testagem psicológica**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

VENKATESH, P.; GANGADHARAI, H. B.; RAJESH, S. S.; CHELUVEGOWDA, G. K.; KALABURGI, R. A. H. Assessment of Life Skills among students in a high school in Tumkur. **Indian Journal of Public Health Research & Development**, v. 11, n. 7, p. 957-963, 2020. DOI: [10.37506/ijphrd.v11i7.10212](https://doi.org/10.37506/ijphrd.v11i7.10212).

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Programme on Mental Health: Life Skills Education in Schools**. Geneva: World Health Organization, 1997. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/59117>. Acesso em: 16 set. 2021.

Tabela 1. Características dos artigos incluídos no corpus de análise

	Autores(as)	Ano	País	N	Idade (M/DP)	Instrumento
1	Cronin e Allen	2016	Reino Unido	338	14,71 (DP=2,42)	<i>Life Skills Scale for Sport</i>
2	Kase, Iimura, Bannai e Oishi	2016	Japão	738	36,9 (DP=11,7)	<i>Life Skills Scale for Adolescents and Adults</i>
3	Ashtiani, Afzali, Ebadi e Hassanabadi	2018	Irã	40	<18	<i>Life skills inventory</i>
4	Valeryvna e Valentinovna	2019	Rússia	179	17 anos	<i>Readiness for Independent Living questionnaire</i>
5	Nascimento-Junior, Fortes, Freire, Oliveira, Fiorese e Cronin	2019	Brasil	413	16,27 (DP=3,33)	<i>Escala de Habilidades de Vida para o Esporte (LSSS)</i>
6	Sabourin, Trottier, Frenette, Camiré, Drapeau, Goulet e Lemyre	2019	Canadá	296	13,98 (DP = 1,31)	<i>Life Skills Scale for Sport</i>
7	Cronin, Allen, I Ellison, Marchant, Levy e Harwood	2019	Reino Unido	868	21,77 (DP= 5,49)	<i>Life skills ability scale (LSAS)</i>
8	Camiré, Turgeon, Kramers, Rathwell, Bean, Sabourin e Pierce	2020	Canadá	1.440	42,4 anos	<i>Coaching Life Skills in Sport Questionnaire</i>
9	Pearson, Kennedy, Talreja, Bhat e Newman-Taylor	2020	Índia	656	18,93 (DP = 1.64)	<i>Life Skills Assessment Scale</i>
10	Ozer e Bertelsen.	2020	Estados Unidos da América	228	25,03 (DP = 4,79)	<i>Scale Assessing Generic Life Skills</i>
11	Sotoudeh e Arefnazari	2020	Irã	160	>10 anos	<i>Questionnaire on Effective Life Skills for Prevention, Treatment, and Rehabilitation of Addiction in Adolescents</i>
12	Venkatesh, Gangadharaiah, Rajesh, CheluveGowda e Kalaburgi	2020	Índia	401	8-16 anos	<i>Life Skills Assessment Scale</i>
13	Chandran, Saji, Samuel e Jacob	2021	Índia	100	34,2 (DP=10.67)	<i>Avaliação Abrangente de Habilidades Básicas de Vida (CEBLS)</i>
14	Ciampolini, Santos, Quinaud, Camiré, Migliano, Nascimento e Milistetd	2021	Brasil	753	36,2 (DP=10,08)	<i>Questionário de Habilidades de Vida de Coaching no Esporte (CLSS-Q)</i>
15	Mossman, Robertson, Williamson e Cronin	2021	Reino Unido	321	14,20 (DP = 1,07)	<i>Life Skills Scale for Sport – Transfer Scale (LSSS-TS)</i>
16	Lipien, Ismajli e Rigg	2021	Estados Unidos da América	986	Não informado	<i>Middle School Health Survey (MSHS)</i>
17	García-Alba, Postigo, Gullo, Muñiz e Del Valle	2021	Espanha	1.098	17,69 (DP = 2,25)	<i>Escala PLANEA de Habilidades Para la Vida Independiente</i>

Fonte: As autoras.

Tabela 2. Características metodológicas e análises empregadas

Características observadas	Nº
Objetivos	
Desenvolver e validar	14
Adaptação transcultural	03
População-alvo	
Somente crianças	00
Somente adolescentes	04
Crianças e adolescentes	03
Adolescentes e jovens adultos	04
Adultos	06
Idosos	00
Software estatístico utilizado	
SPSS	05
MPlus	04
Mistos	05
Não informado	03
Testes estatísticos realizados	
Análise Fatorial Exploratória (EFA)	04
Análise Fatorial Combinatória (AFC) + EFA	06
AFE + PCA + Modelagem de equações estruturais	04
Correlação + ICC	03

Fonte: As autoras.

Tabela 3. Medidas de validade e confiabilidade empregadas e itens do protocolo ROBUST

	<i>Autores(as)</i>	<i>Estimativa Validade*</i>	<i>Itens Confiabilidade*</i>	<i>Itens ROBUST</i>
1	Cronin e Allen	Conteúdo Fatorial	Estabilidade	8
2	Kase, Iimura, Bannai e Oishi	Fatorial Critério	Consistência interna Estabilidade	7
3	Ashtiani, Afzali, Ebadi e Hassanabadi	Construto	Não examinada	4
4	Valeryvna e Valentinovna	Fatorial	Consistência interna	6
5	Nascimento-Junior, Fortes, Freire, Oliveira, Fiorese e Cronin	Transcultural Construto	Consistência interna	7
6	Sabourin, Trottier, Frenette, Camiré, Drapeau, Goulet e Lemyre	Transcultural	Não examinada	6
7	Cronin, Allen, Ellison, Marchant, Levy e Harwood	Preditiva	Consistência interna Estabilidade	6
8	Camiré, Turgeon, Kramers, Rathwell, Bean, Sabourin e Pierce	Concorrente Fatorial	Não examinada	6
9	Pearson, Kennedy, Talreja, Bhat e Newman-Taylor	Discriminativa	Consistência interna	5
10	Ozer e Bertelsen	Convergente	Consistência interna	7
11	Sotoudeh e Arefnazari	Conteúdo Fatorial	Consistência interna	7
12	Venkatesh, Gangadharaiah, Rajesh, Cheluve Gowda e Kalaburgi	Fatorial	Consistência interna	7
13	Chandran, Saji, Samuel e Jacob	Convergente	Estabilidade	7
14	Ciampolini, Santos, Quinaud, Camiré, Migliano, Nascimento e Milistetd	Convergente Transcultural	Não examinada	6
15	Mossman, Robertson, Williamson e Cronin	Conteúdo Fatorial	Consistência interna	7
16	Lipien, Ismajli e Rigg	Fatorial	Consistência interna	6
17	García-Alba, Postigo, Gullo, Muñoz e Del Valle	Fatorial	Não examinada	6

*Definições propostas por Souza, Alexandre e Guirardello (2017)

Fonte: As autoras.

Sobre as autoras:

SILVA, L. G.: Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestra em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Psicóloga, consultora organizacional e docente do ensino superior. Umuarama, Paraná, Brasil. E-mail: leila_gracieli@hotmail.com

SCHNEIDER, D. R.: Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora Titular aposentada do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e professora voluntária do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSC. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. E-mail: danischneiderpsi@gmail.com

Declaração de conflito de interesses: As autoras declaram não haver conflito de interesses de ordem pessoal, comercial, acadêmica, política ou financeira neste manuscrito.

Declaração de uso de inteligência artificial (IA): As autoras declaram que foi utilizada a ferramenta ChatGPT-4 para revisão gramatical e tradução do abstract e do resumen. A concepção do estudo, análise de dados e conclusões são de inteira responsabilidade humana e foram revisadas pelas autoras.

Da gestão ambiental à descarbonização: caminhos para a governança sustentável no Poder Judiciário brasileiro

1 Maiara Ribeiro de Moraes



Resumo

A política de sustentabilidade do Poder Judiciário brasileiro passou, na última década, de ações voltadas à gestão ambiental operacional para uma agenda institucional de descarbonização, responsabilidade climática e governança sustentável. Este artigo analisa essa trajetória, tomando como referência a evolução dos marcos normativos do Conselho Nacional de Justiça, especialmente a Resolução CNJ nº 201/2015, a Resolução CNJ nº 400/2021 e a Resolução CNJ nº 594/2024, que instituiu o Programa Justiça Carbono Zero. A abordagem é histórico-normativa e institucional, com foco no Plano de Logística Sustentável, nos indicadores de consumo, nas contratações sustentáveis, na gestão de resíduos, energia, água, frota e emissões de gases de efeito estufa. O texto argumenta que o Plano de Logística Sustentável consolidou instrumentos de planejamento, monitoramento e transparência, enquanto o Programa Justiça Carbono Zero desloca a agenda para inventários de emissões, metas de redução e compensação responsável. Conclui-se que a passagem da gestão ambiental à descarbonização aponta caminhos para a governança sustentável no Judiciário, articulando sustentabilidade ambiental, integridade, transparência, ESG no setor público e enfrentamento das mudanças climáticas.

Palavras-chave: Poder Judiciário brasileiro; governança sustentável; Plano de Logística Sustentável; Programa Justiça Carbono Zero; descarbonização.

Filiação: 1 Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (TJRO)



From environmental management to decarbonization: pathways toward sustainable governance in the Brazilian Judiciary

Abstract

Over the past decade, the sustainability policy of the Brazilian Judiciary has moved from actions focused on operational environmental management to an institutional agenda of decarbonization, climate responsibility, and sustainable governance. This article analyzes that trajectory by examining the development of the regulatory frameworks issued by the National Council of Justice, especially Resolution CNJ no. 201/2015, Resolution CNJ no. 400/2021, and Resolution CNJ no. 594/2024, which established the Justiça Carbono Zero program. The approach is historical-normative and institutional, focusing on the Sustainable Logistics Plan, consumption indicators, sustainable public procurement, waste management, energy, water, vehicle fleets, and greenhouse gas emissions. The article argues that the Sustainable Logistics Plan consolidated tools for planning, monitoring, and transparency, while the Justiça Carbono Zero program shifts the agenda toward emissions inventories, reduction targets, and responsible offsetting. It concludes that the transition from environmental management to decarbonization points to pathways for sustainable governance in the Judiciary, connecting environmental sustainability, integrity, transparency, ESG in the public sector, and climate change mitigation.

Keywords: Brazilian Judiciary; sustainable governance; Sustainable Logistics Plan; Justiça Carbono Zero program; decarbonization.

De la gestión ambiental a la descarbonización: caminos hacia la gobernanza sostenible en el Poder Judicial brasileño

Resumen

En la última década, la política de sostenibilidad del Poder Judicial brasileño pasó de acciones centradas en la gestión ambiental operativa a una agenda institucional de descarbonización, responsabilidad climática y gobernanza sostenible. Este artículo analiza esa trayectoria a partir de la evolución de los marcos normativos del Consejo Nacional de Justicia, especialmente la Resolución CNJ n.º 201/2015, la Resolución CNJ n.º 400/2021 y la Resolución CNJ n.º 594/2024, que instituyó el Programa Justiça Carbono Zero. El enfoque es histórico-normativo e institucional, con énfasis en el Plan de Logística Sostenible, los indicadores de consumo, las contrataciones públicas sostenibles, la gestión de residuos, energía, agua, flota y emisiones de gases de efecto invernadero. El texto sostiene que el Plan de Logística Sostenible consolidó instrumentos de planificación, monitoreo y transparencia, mientras que el Programa Justiça Carbono Zero desplaza la agenda hacia inventarios de emisiones, metas de reducción y compensación responsable. Se concluye que el paso de la gestión ambiental a la descarbonización señala caminos para la gobernanza sostenible en el Poder Judicial, articulando sostenibilidad ambiental, integridad, transparencia, ESG en el sector público y mitigación del cambio climático.

Palabras clave: Poder Judicial brasileño; gobernanza sostenible; Plan de Logística Sostenible; Programa Justiça Carbono Zero; descarbonización.

1 Introdução

A política de sustentabilidade do Poder Judiciário brasileiro completou uma década de trajetória institucional desde a Resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nº 201/2015, que regulamentou a criação das unidades socioambientais e impulsionou a implantação do Plano de Logística Sustentável (PLS) nos tribunais (CNJ, 2015). Esse processo marcou uma mudança importante: a sustentabilidade deixou de ser tratada apenas como ação pontual de economia de recursos e passou a integrar o planejamento, a gestão e o monitoramento das atividades institucionais.

Antes disso, outras iniciativas já haviam aberto caminho para a incorporação da pauta socioambiental na administração pública. A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), criada pelo Ministério do Meio Ambiente em 1999, e o Decreto nº 7.746/2012, que tratou da adoção de critérios e práticas sustentáveis na administração pública federal, ajudaram a consolidar uma cultura institucional mais atenta ao consumo, às contratações, ao uso de recursos naturais e à responsabilidade ambiental do Estado (Brasil, 2012; Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, [s.d.]).

No âmbito do Judiciário, esse percurso ganhou novo alcance em 2021, em um contexto marcado pelos efeitos institucionais e sociais da pandemia de Covid-19. Nesse período, o Conselho Nacional de Justiça revogou a Resolução CNJ nº 201/2015 por meio da Resolução CNJ nº 400/2021, que passou a disciplinar a política de sustentabilidade no Poder Judiciário (CNJ, 2021). A norma ampliou a compreensão da sustentabilidade, vinculando-a a processos de trabalho ambientalmente corretos, economicamente viáveis, socialmente justos e inclusivos, culturalmente diversos e pautados pela integridade. Posteriormente, esse marco normativo recebeu novas alterações, entre elas a incorporação da inovação como dimensão associada à sustentabilidade, conforme a Resolução CNJ nº 641/2025 (CNJ, 2025).

Tendo esse cenário como base, este artigo analisa a passagem da gestão ambiental no Poder Judiciário brasileiro para uma agenda de descarbonização. Essa mudança contribui para o eixo ambiental do ESG, sigla em inglês para Environmental, Social and Governance, traduzida como ambiental, social e governança.

Nunca as questões ambientais, sociais e de governança deixaram de ser importantes para a humanidade, nem poderia ser diferente, dada a grave circunstância de vivermos em tempos de aumento das emissões de gases de efeito estufa e de esgotamento dos bens naturais. No entanto, entendeu-se que as organizações que poluem os rios, descuidam dos seus colaboradores e desrespeitam as comunidades apresentam mais riscos. Pelo mesmo raciocínio, as organizações que usam os bens naturais de forma equilibrada, impedem a corrupção, promovem os direitos humanos na cadeia de valor e produzem valor para todos os stakeholders, custam menos para a sociedade e meio ambiente (Voltolini, 2021).

Em síntese, o conceito de ESG refere-se aos critérios e às práticas ambientais, sociais e de governança incorporados por uma instituição. No contexto deste artigo, o ESG ajuda a pensar como as instituições podem organizar suas práticas considerando impactos ambientais, responsabilidade social e formas mais transparentes de gestão pública.

Para alcançar esse objetivo, o artigo adota uma abordagem histórico-normativa e institucional, voltada a compreender como os marcos regulatórios do Conselho Nacional de Justiça passaram a organizar práticas administrativas, indicadores de sustentabilidade e, mais recentemente, compromissos de responsabilidade climática.

2 Procedimentos metodológicos

A análise concentra-se na trajetória de consolidação da política de sustentabilidade do Poder Judiciário brasileiro, tomando como referência atos normativos do Conselho Nacional de Justiça, documentos institucionais de sustentabilidade pública e marcos internacionais relacionados à Agenda 2030 e ao enfrentamento das mudanças climáticas.

O procedimento analítico consiste na leitura articulada dos principais marcos regulatórios e de seus efeitos sobre a gestão administrativa dos tribunais, com ênfase no Plano de Logística Sustentável, nos indicadores de consumo, nas contratações sustentáveis e na incorporação recente da agenda de descarbonização por meio do Programa Justiça Carbono Zero. Não se trata de estudo empírico com coleta de dados primários, mas de análise documental e institucional voltada a compreender a passagem da gestão ambiental operacional para uma agenda pública de responsabilidade climática.

3 Gestão ambiental, descarbonização e ESG

A partir dessa leitura histórico-normativa, o Plano de Logística Sustentável aparece como o principal instrumento de organização da política ambiental nos tribunais. Por meio dele, os órgãos do Judiciário passaram a acompanhar temas como consumo de energia elétrica, água e esgoto, papel, impressão, copos descartáveis, garrafas plásticas, resíduos sólidos, combustíveis, veículos e contratações sustentáveis (CNJ, 2015; 2021). Sua importância está no fato de que o PLS não se limita a registrar ações isoladas, mas ele organiza metas, indicadores e iniciativas, permitindo que cada tribunal acompanhe seu desempenho socioambiental ao longo do tempo. Assim, funciona como instrumento de planejamento, gestão, monitoramento e transparência.

Essa estrutura contribuiu para que a sustentabilidade fosse incorporada à rotina administrativa. A partir dos indicadores do PLS, práticas antes dispersas passaram a ser compreendidas como parte de uma política institucional mais ampla. Uma das primeiras mudanças visíveis ocorreu nos padrões de consumo. A diminuição ou substituição dos copos

descartáveis plásticos, por exemplo, tornou-se uma ação simbólica e prática. Campanhas internas passaram a incentivar o uso de canecas e garrafas reutilizáveis, promovendo uma mudança simples, mas importante, nos hábitos cotidianos de servidores(as), magistrados(as), colaboradores(as), terceirizados(as) e demais usuários(as) dos espaços institucionais.

O consumo de papel e o padrão de impressão também foram revistos. Campanhas de conscientização, mensagens em rodapés de e-mails, impressão frente e verso, redução do número de impressoras e compartilhamento de equipamentos entre setores são exemplos de medidas adotadas por diversos órgãos. Em alguns casos, a organização das impressoras em ilhas de impressão e a terceirização do serviço permitiram maior controle sobre o uso, a manutenção dos equipamentos e a destinação correta de cartuchos e insumos.

Além dos materiais de uso cotidiano, o consumo de recursos naturais também passou a ser acompanhado com mais atenção. O uso da água, nesse contexto, tornou-se um indicador relevante da gestão ambiental. O controle do consumo, a identificação de vazamentos, a substituição de equipamentos por modelos mais eficientes e o uso de torneiras com reguladores de vazão e descargas econômicas são medidas que ajudam a reduzir o desperdício. Em alguns contextos, sistemas de reúso de água da chuva e equipamentos de tratamento também ampliam a capacidade dos tribunais de gerir melhor os recursos hídricos.

A mesma lógica de monitoramento e redução de impactos se estende à gestão de resíduos. A instalação de coletores seletivos, as campanhas internas de separação de materiais e os acordos com cooperativas de reciclagem fortaleceram a destinação ambientalmente adequada dos resíduos recicláveis. Esse ponto é especialmente relevante porque articula sustentabilidade ambiental e inclusão social. Ao envolver cooperativas, o Judiciário contribui não apenas para a redução dos impactos ambientais, mas também para o reconhecimento do trabalho de grupos que atuam diretamente na cadeia da reciclagem.

Outro eixo dessa transformação está na transição energética. Além das campanhas de conscientização sobre o uso de energia elétrica, muitos órgãos têm buscado substituir equipamentos por modelos mais eficientes e adaptar suas estruturas prediais para reduzir o consumo. A instalação de painéis fotovoltaicos, quando viável, representa uma alternativa importante para ampliar o uso de energia solar e diminuir a dependência de fontes mais poluentes.

No campo da mobilidade institucional, a gestão da frota e do consumo de combustíveis também assume papel relevante. O planejamento de rotas, o compartilhamento de viagens institucionais, a orientação a motoristas e a avaliação do uso de veículos oficiais podem contribuir para reduzir gastos e emissões. Em algumas experiências, a substituição gradual de veículos movidos a combustíveis fósseis por modelos elétricos ou híbridos também

aparece como estratégia de mitigação dos impactos ambientais.

Essas ações demonstram que a sustentabilidade no Judiciário envolve tanto mudanças de infraestrutura quanto revisão de práticas administrativas. Também mostram que a política socioambiental depende da transformação de hábitos institucionais. O desafio é fazer com que iniciativas pontuais se convertam em políticas permanentes, acompanhadas por dados, metas e avaliação de resultados. Por isso, cursos, treinamentos e ações de sensibilização são parte essencial desse processo: nenhuma política de sustentabilidade se consolida apenas por norma; é necessário formar pessoas, criar adesão institucional e transformar práticas cotidianas.

A consolidação da gestão ambiental abriu caminho para uma agenda mais exigente: a descarbonização do Poder Judiciário. Esse novo momento foi impulsionado pela Resolução CNJ nº 594/2024, que instituiu o Programa Justiça Carbono Zero, voltado à medição, redução e compensação das emissões de gases de efeito estufa resultantes do funcionamento dos órgãos do Judiciário (CNJ, 2024). O CNJ estabeleceu na resolução que os órgãos do Poder Judiciário devem buscar alcançar a neutralidade de carbono até o ano de 2030.

O programa se apoia em três pilares principais: a elaboração de inventários de emissões, o planejamento de ações para reduzir emissões e a compensação das emissões que não puderem ser evitadas (CNJ, 2024). Com isso, o Judiciário passa a lidar de forma mais direta com sua responsabilidade climática. O inventário de gases de efeito estufa (GEE) é um instrumento central nesse processo, pois permite identificar as principais fontes emissoras, compreender onde estão os maiores impactos e planejar medidas de redução mais eficazes. Sem dados confiáveis, a política climática tende a permanecer genérica. Com dados consistentes, torna-se possível estabelecer metas, acompanhar resultados e prestar contas à sociedade.

A compensação de emissões, por sua vez, deve ser tratada com responsabilidade. Iniciativas como florestamento, reflorestamento e mecanismos de mercado de carbono podem contribuir para a neutralização de emissões, mas não substituem a necessidade de reduzir impactos na origem. A prioridade deve ser sempre medir melhor, reduzir efetivamente e compensar apenas aquilo que não puder ser evitado no curto prazo.

Essa lógica também aproxima a descarbonização da agenda ESG. A redução de emissões não depende apenas de inventários e compensações, mas também do modo como os órgãos públicos compram, contratam e se relacionam com fornecedores. Pelo seu poder de compra, o Judiciário pode estimular práticas mais sustentáveis no mercado, exigindo critérios ambientais, responsabilidade socioambiental e maior atenção ao ciclo de vida de produtos e serviços.

As contratações sustentáveis permitem priorizar materiais recicláveis, reutilizáveis ou

biodegradáveis, além de favorecer fornecedores que adotem práticas compatíveis com a proteção ambiental. Esse tipo de orientação fortalece o eixo ambiental do ESG, mas também envolve governança pública, transparência, integridade e responsabilidade na cadeia de fornecimento.

Nesse sentido, o ESG é mais que uma sigla associada ao setor privado. No campo público, ele pode ajudar a organizar práticas de gestão que articulem sustentabilidade ambiental, responsabilidade social e boa governança. No caso do Judiciário, isso significa transformar princípios ambientais em critérios concretos de planejamento, compra, execução contratual, monitoramento e prestação de contas.

Contudo, é preciso dizer que essa leitura pública do ESG não acontece isoladamente. A atuação ambiental e climática do Judiciário também dialoga com compromissos internacionais, como a Agenda 2030, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e o Acordo de Paris (Organização das Nações Unidas, 2015a, 2015b). Esses marcos reforçam a necessidade de enfrentar a mudança climática, proteger os bens naturais e promover padrões mais sustentáveis de produção e consumo.

No contexto do Poder Judiciário, esse alinhamento tem um significado específico. Trata-se de reconhecer que os órgãos públicos também produzem impactos ambientais e, portanto, devem medir, reduzir e tornar transparentes esses impactos. Assim, a sustentabilidade institucional se expressa como uma forma de responsabilidade pública diante da crise climática. Ao integrar gestão ambiental, descarbonização, contratações sustentáveis, capacitação e transparência, o Judiciário contribui para ampliar o alcance da agenda ESG no setor público. Essa contribuição será tanto mais relevante quanto mais estiver apoiada em dados confiáveis, metas verificáveis, monitoramento contínuo e prestação pública de contas.

4 Aplicações práticas

A partir dessa análise, o artigo contribui para orientar tribunais, unidades socioambientais e equipes de gestão na consolidação de práticas sustentáveis. Destaca a importância de organizar dados, qualificar indicadores, fortalecer contratações sustentáveis, ampliar capacitações, mudar padrões de consumo e estruturar inventários de emissões de gases de efeito estufa. Também reforça que o processo de descarbonização deve ser planejado com metas, transparência, redução efetiva de impactos e compensação responsável.

5 Considerações finais

A trajetória da sustentabilidade no Poder Judiciário brasileiro revela uma mudança importante. O que começou com ações voltadas à racionalização de consumo, redução de desperdícios e organização da gestão ambiental passou a compor uma agenda

institucional mais ampla, conectada à crise climática, à governança pública e à responsabilidade socioambiental.

O Plano de Logística Sustentável teve papel decisivo nesse processo, pois permitiu transformar intenções ambientais em metas, indicadores e práticas monitoráveis. A partir dele, temas como consumo de papel, copos descartáveis, impressão, água, resíduos, energia, frota e contratações sustentáveis passaram a integrar a rotina administrativa dos tribunais. Com o Programa Justiça Carbono Zero, o Judiciário avança para uma etapa mais complexa: a descarbonização. Esse movimento exige inventários consistentes de emissões, planejamento de ações de redução, compensação responsável, transparência e acompanhamento permanente dos resultados. Também exige cuidado para que a agenda climática não se reduza a declarações institucionais, mas produza mudanças reais nos modos de funcionamento dos órgãos.

A contribuição do Poder Judiciário brasileiro para o ESG está justamente nessa passagem: da gestão ambiental operacional para uma política climática mais estruturada, capaz de articular sustentabilidade, governança, integridade, transparência e responsabilidade pública. O desafio atual é consolidar esse caminho com dados qualificados, metas possíveis, monitoramento efetivo e compromisso permanente com a proteção ambiental e o enfrentamento das mudanças climáticas.

Referências

BRASIL. **Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012.** Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 6 jun. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7746.htm. Acesso em: 2 jul. 2026.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução nº 201, de 3 de março de 2015.** Dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário e implantação do respectivo Plano de Logística Sustentável. Brasília, DF: CNJ, 2015. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2126>. Acesso em: 2 jul. 2026.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução nº 400, de 16 de junho de 2021.** Dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário. Brasília, DF: CNJ, 2021. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3986>. Acesso em: 2 jul. 2026.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução nº 594, de 8 de novembro de 2024.**

Institui o Programa Justiça Carbono Zero e altera a Resolução CNJ nº 400/2021. Brasília, DF: CNJ, 2024. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/5845>. Acesso em: 2 jul. 2026.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução nº 641, de 22 de setembro de 2025.** Altera a Resolução nº 400/2021, que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, para adequá-la à Lei nº 14.133/2021, e incentivar práticas de inovação. Brasília, DF: CNJ, 2025. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/6320>. Acesso em: 2 jul. 2026.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA. **A3P: Agenda Ambiental na Administração Pública.** Brasília, DF: MMA, [s.d.]. Disponível em: <http://a3p.mma.gov.br/>. Acesso em: 2 jul. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo:** a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Nova York: ONU, 2015a. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Acordo de Paris.** Paris: ONU, 2015b. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-08/Acordo-de-Paris.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2026.

VOLTOLINI, Ricardo. **Vamos falar de ESG?** Provocações de um pioneiro em sustentabilidade empresarial. Osasco: Editora Voo, 2021.

Sobre a autora:

MORAES, M. R.: Pós-graduada em Gestão Pública pelo Claretiano Rede de Educação (2013). Graduada em Tecnologia de Gestão Ambiental pela União das Escolas Superiores – Faculdade Uniron (2006). Graduada em Administração pela União das Escolas Superiores – Faculdade Uniron (2010). Coautora do livro O Despertar para o ESG e suas dimensões: Como a consciência ambiental, social e de governança pode transformar o presente e o futuro (2025). Assistente técnica no Núcleo de Acessibilidade, Inclusão e Gestão Socioambiental do Poder Judiciário do Estado de Rondônia. Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. E-mail: maiara.ribeirodm@gmail.com.

Declarações:

Declaração de conflito de interesses: A autora declara não haver conflito de interesses de ordem pessoal, comercial, acadêmica, política ou financeira neste manuscrito.

Declaração de uso de inteligência artificial (IA): A autora declara que o texto não foi gerado por ferramentas de Inteligência Artificial Generativa na produção deste manuscrito.

Entre o saber jurídico e o fazer docente: a importância do suporte pedagógico na formação de magistrados(as) docentes

1 Lidiane Silva Coutinho Noronha



Resumo

A atuação docente de magistrados em escolas da magistratura insere-se em um contexto que requer, além do conhecimento jurídico, competências pedagógicas para efetivar o ensino jurídico de qualidade. O problema central refere-se à formação predominantemente jurídica desses profissionais, que dificulta a apropriação de saberes e práticas pedagógicas necessárias à docência. Este ensaio teórico parte da pergunta: de que maneira o suporte pedagógico pode contribuir para qualificar a atuação docente dos(as) magistrados(as)? Analisando a partir da base epistemológica histórico-cultural, que valoriza o papel mediador do(a) educador(a) no desenvolvimento cognitivo dos aprendizes, defende-se que o suporte pedagógico, aliado a metodologias ativas e à compreensão da Zona de Desenvolvimento Proximal, potencializa o processo formativo nas escolas da magistratura. A reflexão indica que a valorização do suporte pedagógico fortalece a integração entre o saber jurídico e as práticas educacionais, configurando-se como elemento estratégico para a qualificação da educação judicial. Assim, argumenta-se que o aprimoramento pedagógico dos(as) magistrados(as) docentes contribui significativamente para o desenvolvimento profissional e para o aprimoramento da formação judicial.

Palavras-chave: formação docente; magistratura; suporte pedagógico; teoria histórico-cultural; educação judicial.

Filiação: 1 Escola da Magistratura do Estado de Rondônia (Emeron)



Between legal knowledge and teaching practice: the importance of pedagogical support in the training of judge-educators

Abstract

The teaching practice of judges in judicial schools takes place within a context that requires not only legal expertise but also pedagogical competencies to ensure high-quality legal education. The central issue lies in the predominantly legal training of these professionals, which often hinders the development of the pedagogical knowledge and practices required for effective teaching. This theoretical essay addresses the following research question: How can pedagogical support contribute to enhancing the teaching practice of judges? Drawing on the epistemological foundations of Cultural-Historical Theory, which emphasizes the mediating role of the educator in learners' cognitive development, this study argues that pedagogical support, combined with active learning methodologies and an understanding of the Zone of Proximal Development, strengthens the educational process in judicial schools. The analysis indicates that valuing pedagogical support fosters the integration of legal expertise and educational practices, thereby constituting a strategic element for improving judicial education. It is therefore argued that the pedagogical development of judges who serve as educators makes a significant contribution to their professional development and to the enhancement of judicial training.

Keywords: teacher education; judiciary; pedagogical support; Cultural-Historical Theory; judicial education.

Entre el saber jurídico y el quehacer docente: la importancia del apoyo pedagógico en la formación de jueces y juezas docentes

Resumen

La labor docente de los jueces y las juezas en las escuelas judiciales se desarrolla en un contexto que exige, además del conocimiento jurídico, competencias pedagógicas para garantizar una educación jurídica de calidad. El problema central radica en la formación predominantemente jurídica de estos profesionales, lo que dificulta la apropiación de los saberes y las prácticas pedagógicas necesarias para el ejercicio de la docencia. Este ensayo teórico parte de la siguiente pregunta de investigación: ¿De qué manera puede el apoyo pedagógico contribuir a fortalecer la labor docente de los jueces y las juezas? Desde una perspectiva sustentada en los fundamentos epistemológicos de la Teoría Histórico-Cultural, que destaca el papel mediador del educador en el desarrollo cognitivo de los estudiantes, se sostiene que el apoyo pedagógico, articulado con metodologías activas y con la comprensión de la Zona de Desarrollo Próximo, potencia el proceso formativo en las escuelas judiciales. La reflexión indica que la valoración del apoyo pedagógico fortalece la integración entre el conocimiento jurídico y las prácticas educativas, configurándose como un elemento estratégico para la mejora de la educación judicial. En este sentido, se argumenta que el fortalecimiento de las competencias pedagógicas de los jueces y las juezas que ejercen la docencia contribuye significativamente a su desarrollo profesional y al perfeccionamiento de la formación judicial.

Palabras clave: formación docente; magistratura; apoyo pedagógico; teoría histórico-cultural; educación judicial.

1 Introdução

As escolas da magistratura são órgãos vinculados aos Tribunais de Justiça e exercem a função de formação de servidores(as) e magistrados(as) para o exercício de suas funções judicantes e administrativas. Nessas instituições, é comum que juízes(as) atuem também como docentes, compartilhando com os(as) alunos(as) sua vasta experiência jurídica e profissional. Essa vivência faz parte de um repertório técnico valioso e favorece uma compreensão aprofundada das atribuições, dos desafios e das responsabilidades inerentes à magistratura. Contudo, a experiência acumulada no exercício profissional, não assegura, por si só, o domínio dos processos de ensino e aprendizagem, uma vez que a docência mobiliza competências próprias, relacionadas ao planejamento pedagógico, à mediação do conhecimento e à formação de adultos no contexto institucional da Justiça.

A transformação da experiência jurídica em uma prática formativa consistente exige, portanto, conhecimentos que permitam ao(à) professor(a), organizar conteúdos, formular objetivos educacionais, selecionar metodologias adequadas, desenvolver atividades participativas e avaliar a aprendizagem de maneira coerente com as finalidades do curso e perfil discente. Também requer atenção à linguagem empregada, às diferentes trajetórias profissionais dos(as) estudantes e aos distintos ritmos de aprendizagem presentes no grupo. A ausência ou o desenvolvimento insuficiente dessas competências pode limitar o alcance pedagógico da atuação do(a) docente, mesmo quando o(a) magistrado(a) possui reconhecido domínio técnico. Nesse cenário, o suporte pedagógico torna-se essencial para qualificar a prática dos(as) docentes e favorecer processos formativos mais eficazes, participativos e contextualizados.

Partindo desse cenário, a questão que orienta este ensaio é: como o suporte pedagógico, compreendido à luz da teoria histórico-cultural, pode contribuir para o desenvolvimento e a qualificação das práticas docentes de magistrados nas escolas da magistratura?

Pretende-se analisar o papel do suporte pedagógico na qualificação das práticas docentes desempenhadas por magistrados(as), articulando os preceitos da teoria histórico-cultural de Lev Vygotsky. Especificamente, busca-se compreender como tal suporte pode fortalecer o planejamento, a metodologia e a avaliação do processo educativo nessas instituições.

A argumentação será desenvolvida a partir da discussão das especificidades da docência exercida por magistrados(as), seguida pela análise da distinção entre conhecimento jurídico e conhecimento pedagógico. Em seguida, será apresentado o suporte pedagógico como mediador formativo, com exame de suas contribuições para o planejamento, a metodologia e a avaliação no contexto das escolas da magistratura. Por fim, serão propostas formas institucionais de acompanhamento e formação que possam sustentar e ampliar a qualidade das práticas docentes desses(as) profissionais.

2 Quando o domínio jurídico não basta para ensinar

É importante distinguir entre o conhecimento do conteúdo jurídico do conhecimento necessário para ensiná-lo. A experiência de magistrados(as) é uma fonte valiosa para a formação nas escolas da magistratura, pois aproxima o ensino de situações reais do sistema de justiça. No entanto, o domínio do tema não garante, por si só, que a aprendizagem aconteça de forma clara, participativa e adequada ao perfil dos(as) alunos(as). Ensinar exige também planejamento, escolha de metodologias, organização do conteúdo e compreensão de como pessoas adultas aprendem (Enfam, 2025; Tardif, 2002).

Assim, a atuação docente de magistrados(as) ganha força quando a experiência profissional é transformada em percurso formativo. Casos concretos, decisões, audiências, dilemas éticos e situações institucionais podem enriquecer a aula, desde que sejam organizados pedagogicamente. Sem esse cuidado, há o risco de que o encontro formativo se reduza à exposição oral, à repetição de normas ou a relatos de experiências, com pouca participação dos(as) alunos(as) (Fávero; Consaltér; Tramontina, 2020). Tal prática pode limitar a interação e a construção ativa do conhecimento, além de reproduzir modelos tradicionais de ensino, muitas vezes centrados na fala de quem ensina e na escuta passiva de quem aprende.

Para superar essa limitação, é necessário transformar a experiência jurídica em conteúdo organizado pedagogicamente, que dialogue com as necessidades e características dos aprendizes. Esse desafio torna-se ainda mais relevante nas escolas da magistratura, onde o processo formativo é direcionado, predominantemente, a profissionais adultos(as), com sólida formação acadêmica, experiências diversificadas e conhecimentos previamente constituídos. Nessa perspectiva, a aprendizagem é favorecida quando novos conhecimentos são construídos por meio da interação, da reflexão crítica e da mediação pedagógica (Vygotsky, 2007; Freire, 1996; Enfam, 2025). Assim, o perfil desse público requer práticas educacionais que integrem teoria, prática profissional e problematização da realidade, valorizando a participação ativa dos(as) estudantes no processo de aprendizagem.

Nas escolas da magistratura, o perfil dos(as) estudantes inclui profissionais com formação consolidada, trajetórias diversas e necessidades específicas, requerendo práticas educacionais que integrem teoria, prática profissional e reflexão crítica. Assim, o suporte pedagógico pode contribuir para que o conhecimento jurídico e a experiência profissional sejam convertidos em aprendizagem (Enfam, 2025; Xavier, 2025). Tal prática não diminui a legitimidade do(a) magistrado(a) docente, nem tampouco substitui sua autonomia intelectual.

3 A docência como atividade mediada e construída

Lev Vygotsky foi um psicólogo russo que desenvolveu a teoria histórico-cultural, atribuindo papel central às interações sociais, à linguagem e à cultura na constituição do desenvolvimento humano. Para o autor, o conhecimento não é construído de forma isolada, mas resulta das relações estabelecidas entre os sujeitos em contextos históricos e culturais específicos, sendo mediado por instrumentos, signos e práticas sociais (Vygotsky, 2007; Duarte, 2007).

Nessa perspectiva, a docência pode ser compreendida como uma atividade mediada e socialmente construída, que ultrapassa a simples transmissão de informações. A aprendizagem não ocorre por transferência direta do conhecimento, mas é favorecida por diferentes formas de mediação, como a linguagem, a interação entre os sujeitos, a resolução de problemas, o uso de instrumentos culturais e as experiências compartilhadas (Vygotsky, 2007).

Nas escolas da magistratura, essa perspectiva implica um papel docente que vai além da mera exposição do conteúdo jurídico. O(A) professor(a) magistrado(a) é chamado(a) a criar condições para que os(as) participantes reflitam criticamente, relacionem conhecimentos, problematizem situações concretas e reconstruam suas práticas profissionais. A docência, nesse sentido, consiste em um processo de mediação que promove o diálogo, a reflexão e a reelaboração coletiva do conhecimento, favorecendo aprendizagens contextualizadas e socialmente significativas (Duarte, 2007; Enfam, 2025).

De tal modo, o desenvolvimento profissional dos(as) magistrados(as) no exercício da docência pode ser compreendido como um processo igualmente mediado. A sólida formação jurídica e a ampla experiência institucional constituem fundamentos essenciais para a atuação docente, mas ampliam seu potencial quando articuladas a competências pedagógicas específicas. Essas competências podem ser desenvolvidas por meio de processos formativos, como acompanhamento pedagógico, diálogo colaborativo, planejamento didático conjunto, observação de aulas, devolutivas construtivas e formação continuada, favorecendo a revisão e o aperfeiçoamento permanente das práticas de ensino (Rodrigues, 2021).

A Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), proposta por Vygotsky, refere-se à distância entre aquilo que o indivíduo já consegue realizar de forma autônoma e aquilo que pode realizar com o apoio de outra pessoa mais experiente ou em colaboração com seus pares (Vygotsky, 2007). Embora esse conceito seja, por vezes, interpretado de maneira equivocada como indicativo de incapacidade ou dependência, sua essência reside justamente na compreensão de que a aprendizagem impulsiona o desenvolvimento por meio da mediação social. Sob essa perspectiva, mesmo profissionais experientes podem

ampliar e aperfeiçoar suas competências quando participam de processos formativos que favorecem a reflexão, a interação e a orientação pedagógica.

No contexto das escolas da magistratura, esse entendimento permite compreender que o domínio do conteúdo jurídico não esgota as competências necessárias ao exercício da docência. Assim, o suporte pedagógico atua nesse espaço de desenvolvimento, oferecendo mediações que auxiliam magistrados(as) a transformar sua experiência profissional em práticas de ensino mais intencionais, participativas e eficazes, fortalecendo sua autonomia docente e ampliando suas possibilidades de atuação.

Ademais, Vygotsky atribui à linguagem papel central na construção do pensamento e da aprendizagem, uma vez que é por meio das interações mediadas pela linguagem que os conhecimentos são elaborados e compartilhados (Vygotsky, 2008). No ensino jurídico, isso implica reconhecer a necessidade de adequar a linguagem ao contexto formativo, evitando exposições excessivamente abstratas e favorecendo estratégias comunicativas que estimulem a compreensão, o diálogo e a participação ativa dos(as) estudantes. A formulação de perguntas que instiguem a reflexão, a promoção do diálogo e a organização de situações-problema constituem estratégias que favorecem a participação ativa, o desenvolvimento do pensamento crítico e a articulação entre teoria e prática (Duarte, 2007).

Sendo assim, o suporte pedagógico potencializa e fortalece a atuação docente ao ampliar as condições para que o saber jurídico seja compartilhado de forma clara, participativa e alinhada às necessidades formativas das escolas da magistratura e de seus(suas) estudantes.

4 Do conhecimento jurídico ao conhecimento pedagógico

Se a docência é uma atividade mediada, como discutido na seção anterior, o conhecimento jurídico, por si só, não garante a aprendizagem. Para que o ensino produza experiências formativas significativas, esse conhecimento precisa ser transformado em práticas pedagógicas capazes de favorecer a compreensão, a reflexão e a aplicação do saber pelos(as) estudantes. Nesse contexto, a docência exercida pelo(a) magistrado(a) demanda a articulação integrada de três saberes essenciais: o conhecimento jurídico, o conhecimento profissional e o conhecimento pedagógico.

O conhecimento jurídico compreende o domínio da legislação, da jurisprudência, dos princípios constitucionais, dos procedimentos processuais, da doutrina e dos debates contemporâneos do Direito. Trata-se do fundamento técnico indispensável para a formação desenvolvida nas escolas da magistratura, seja na preparação inicial de

magistrados(as), seja na formação continuada, no aperfeiçoamento profissional ou na capacitação de outros atores do sistema de justiça. Entretanto, esse conhecimento somente cumpre plenamente sua finalidade educativa quando deixa de ser apenas um conjunto de informações especializadas e passa a constituir um conhecimento cognitivamente significativo para os(as) estudantes, possibilitando que seja compreendido, recuperado, articulado e aplicado de maneira crítica e contextualizada diante dos desafios da prática profissional.

O conhecimento profissional, por sua vez, resulta da experiência construída no exercício da magistratura. Engloba a tomada de decisões judiciais, a condução de audiências, a gestão de conflitos, a interpretação das normas, a observância dos princípios éticos, a responsabilidade institucional e as múltiplas situações vivenciadas no cotidiano da função jurisdicional. Conforme Tardif (2002), os saberes profissionais são construídos na prática e incorporam conhecimentos experienciais que conferem significado à atuação docente. Nas escolas da magistratura, essa experiência aproxima a formação das situações concretas do exercício da jurisdição, favorecendo a contextualização dos conteúdos e o diálogo entre teoria e prática.

O conhecimento pedagógico, por sua vez, compreende o conjunto de competências que permitem ao(à) docente organizar intencionalmente o processo de ensino e aprendizagem. Isso envolve identificar as necessidades formativas dos(as) estudantes, estabelecer objetivos de aprendizagem, selecionar e organizar conteúdos, escolher metodologias adequadas, planejar atividades, utilizar estratégias participativas, acompanhar o desenvolvimento da turma e avaliar a aprendizagem de forma coerente com os objetivos propostos (Enfam, 2025). Inclui, ainda, a capacidade de refletir criticamente sobre a própria prática docente, revisando estratégias, aperfeiçoando metodologias e promovendo a melhoria contínua do processo formativo (Pimenta; Anastasiou, 2014).

Esses três saberes não se organizam em uma relação hierárquica, mas se complementam de maneira dinâmica e indissociável. A docência na magistratura torna-se mais efetiva quando o conhecimento jurídico é enriquecido pela experiência profissional e ambos são mobilizados por fundamentos pedagógicos capazes de favorecer aprendizagens significativas. Ensinar, nesse contexto, implica transformar o domínio técnico e a experiência institucional em conhecimento comunicável, acessível e formativo, possibilitando que os(as) estudantes compreendam, problematizem e utilizem os conhecimentos construídos em sua futura atuação profissional (Tardif, 2002).

Nessa conexão entre os conhecimentos jurídico, profissional e pedagógico, o suporte pedagógico exerce papel estratégico. Longe de substituir a expertise jurídica ou a autonomia do(a) magistrado(a), sua atuação consiste em favorecer a integração desses diferentes saberes, oferecendo acompanhamento didático, apoio ao planejamento, reflexão sobre as práticas de ensino e devolutivas formativas. Dessa forma, contribui para que o conhecimento especializado seja transformado em experiências de aprendizagem

mais claras, participativas e alinhadas aos objetivos educacionais das escolas da magistratura, fortalecendo a qualidade da formação e o desenvolvimento da docência.

5 O suporte pedagógico como mediação do desenvolvimento docente

O suporte pedagógico, no contexto da docência na magistratura, deve ser compreendido como um processo formativo sistemático e colaborativo, que ultrapassa aspectos meramente operacionais, como a revisão de slides, a organização de cronogramas, o auxílio burocrático ou a correção formal de planos de aula. Seu propósito consiste em qualificar as práticas docentes e fortalecer a aprendizagem por meio de ações que favoreçam o planejamento, a mediação do ensino, a avaliação e a reflexão sobre a prática.

Esse suporte abrange o diagnóstico das necessidades formativas do(a) docente, o planejamento conjunto das atividades educativas, a definição de objetivos de aprendizagem, a seleção de metodologias, a adequação dos conteúdos, a organização dos materiais didáticos, a observação das aulas, a oferta de devolutivas construtivas e a avaliação formativa. Inclui, ainda, o incentivo à reflexão crítica sobre a atuação docente e à formação continuada, consolidando-se como um processo permanente de desenvolvimento profissional (Sacristán, 1998; Pimenta; Anastasiou, 2014).

Importa destacar que o(a) profissional da Pedagogia não atua para substituir o(a) magistrado(a) nem para interferir no conteúdo jurídico ministrado. Sua função consiste em assessorar, acompanhar e mediar o trabalho docente, colaborando para que o conhecimento jurídico e a experiência profissional sejam organizados em percursos formativos coerentes com os objetivos educacionais e as necessidades dos(as) estudantes (Libâneo, 2010; Pimenta; Anastasiou, 2014). Essa atuação preserva a autonomia e a legitimidade profissional do(a) magistrado(a), ao mesmo tempo em que fortalece sua capacidade de planejar, desenvolver, avaliar e aperfeiçoar o processo de ensino.

No planejamento didático, o suporte pedagógico contribui para a identificação do público-alvo e de suas necessidades formativas, favorecendo a definição de objetivos de aprendizagem claros e pertinentes. Auxilia na seleção e organização dos conteúdos, na construção de uma sequência didática coerente, na definição da carga horária, das atividades e dos recursos educacionais, além de orientar a elaboração de estratégias avaliativas compatíveis com os objetivos propostos, assegurando coerência entre planejamento, ensino e avaliação (Sacristán, 1998; Pimenta; Anastasiou, 2014).

No âmbito da mediação da aprendizagem, o suporte pedagógico favorece a adoção de metodologias ativas e de estratégias que estimulem o protagonismo dos(as) estudantes. Incentiva o uso de estudos de caso, resolução de problemas, simulações, oficinas e análises de decisões judiciais, aproximando a teoria jurídica da prática profissional.

Também promove a reflexão sistemática sobre o ensino e estimula a aprendizagem colaborativa como estratégia para o desenvolvimento de competências e a construção coletiva do conhecimento (Tardif, 2002).

A avaliação, compreendida em perspectiva formativa, não se restringe à aplicação de provas ou à mensuração da satisfação dos(as) participantes. O suporte pedagógico orienta o acompanhamento contínuo da aprendizagem, considerando a aplicação profissional dos conteúdos, o envolvimento dos(as) estudantes, a adequação das metodologias empregadas, o alcance dos objetivos educacionais e a identificação de aspectos que demandam revisão e aperfeiçoamento, consolidando a avaliação como instrumento de desenvolvimento da prática docente (Black; Wiliam, 1998; Pimenta; Anastasiou, 2014; Enfam, 2025).

Por fim, o suporte pedagógico promove a inclusão e a qualificação das práticas educativas ao considerar a diversidade de experiências profissionais, os diferentes ritmos de aprendizagem, as necessidades de acessibilidade e a importância do uso de linguagem clara e acessível. Também incentiva a adaptação de recursos e atividades para contemplar a pluralidade do público, fortalecendo a equidade, a participação e a qualidade da formação (Freire, 1996; Moran, 2015).

Assim, o suporte pedagógico constitui uma mediação essencial para a docência na magistratura ao integrar o conhecimento jurídico, a experiência profissional e os fundamentos pedagógicos. Por meio do planejamento colaborativo, do acompanhamento formativo e da reflexão sobre a prática, contribui para transformar o saber especializado em experiências significativas de aprendizagem, fortalecendo a qualidade da formação oferecida pelas escolas da magistratura e potencializando a atuação docente.

6 Aplicações práticas

Este ensaio pode subsidiar as escolas da magistratura na implementação e fortalecimento de programas permanentes de desenvolvimento docente, envolvendo planejamento pedagógico compartilhado e assessoria de profissionais da Pedagogia. O acompanhamento sistemático das aulas, aliado à adoção de metodologias participativas e à avaliação formativa da aprendizagem, possibilita devolutivas construtivas para os magistrados docentes. Tais medidas fortalecem institucionalmente a educação judicial, promovendo maior clareza didática, engajamento dos estudantes e integração entre teoria, prática profissional e aplicação no sistema de Justiça.

7 Considerações finais

A pergunta norteadora deste ensaio questionou como o suporte pedagógico, compreendido à luz da teoria histórico-cultural, pode contribuir para o desenvolvimento e

qualificação das práticas docentes de magistrados nas escolas da magistratura. A análise demonstrou que, embora o conhecimento jurídico seja condição necessária para a docência, ele é insuficiente por si só para garantir a qualidade do ensino. Ensinar constitui uma atividade profissional específica, dotada de competências que podem e devem ser aprendidas e desenvolvidas ao longo do tempo.

O suporte pedagógico atua como mediação formativa fundamental, criando condições para que os magistrados planejem, mediem, avaliem e reflitam criticamente sobre sua prática docente. Essa mediação não ameaça a autonomia do magistrado, mas a amplia, pois proporciona ferramentas para transformar sua experiência profissional e saber jurídico em processos eficazes de aprendizagem significativa. Além disso, a continuidade da formação docente se apresenta como elemento indispensável para a consolidação desse desenvolvimento.

Por fim, a articulação integrada entre o saber jurídico, a experiência no exercício da magistratura e o conhecimento pedagógico se configura como fator decisivo para elevar a qualidade da educação judicial. Tal integração promove uma formação mais contextualizada, participativa e reflexiva, alinhada aos desafios contemporâneos da Justiça e essencial para a preparação de magistrados capazes de atuar com competência e responsabilidade.

Referências

BLACK, Paul; WILIAM, Dylan. Assessment and classroom learning. **Assessment in Education: Principles, Policy & Practice**, v. 5, n. 1, p. 7-74, 1998. DOI: [10.1080/0969595980050102](https://doi.org/10.1080/0969595980050102). Acesso em: 20 jul. 2026.

DUARTE, Newton. A Escola de Vigotski e a educação escolar: algumas hipóteses para uma leitura pedagógica da Psicologia Histórico-Cultural. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 141-156, 2007. Disponível em: <https://revistas.usp.br/psicousp/article/view/34531>. Acesso em: 20 jul. 2026.

ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS (ENFAM). **Resolução Enfam n. 5, de 7 de janeiro de 2025**. Dispõe sobre as diretrizes pedagógicas para a formação e o aperfeiçoamento de magistrados. Disponível em: [BDJur – Resolução Enfam n. 5 de 7 de janeiro de 2025](#). Acesso em: 21 jul. 2026..

FÁVERO, Altair Alberto; CONSALTÉR, Evandro; TRAMONTINA, Carla Cristine. A formação docente de professores de cursos de bacharelado: desafios da prática pedagógica. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 27, n. 2, p. 236-259, jul./dez. 2020. DOI: [10.18764/2178-2229.v28n2-2020-10](https://doi.org/10.18764/2178-2229.v28n2-2020-10). Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/10991>. Acesso em: 21 jul. 2026.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MORAN, José Manuel. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá**. 5. ed. Campinas: Papirus, 2015.

PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. **Docência no ensino superior: formação e exercício profissional**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

RODRIGUES, Fillipe Azevedo. **Formação de docentes da magistratura formadores de um juiz de novo tipo e suas representações**. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFRN_bff029e953341a3c8eaa4cc0bb5dcba. Acesso em: 20 jul. 2026.

SACRISTÁN, José Gimeno. **Planejamento e prática docente**. São Paulo: Autores Associados, 1998.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

XAVIER, Bruno Delmondes. **Docentes bacharéis e suas percepções sobre a formação pedagógica para o ensino superior: uma revisão sistemática de teses**. Anais da Semana de Educação e Formação Docente da FAED, v. 4, p. 48-59, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/SEFD/article/view/23929>. Acesso em: 21 jul. 2026..

Sobre a autora:

NORONHA, L. S. C.: Especialista em Gestão Pública, com ênfase em Direito e Gestão Judiciária, pela Escola da Magistratura do Estado de Rondônia (2015). Graduada em Pedagogia, com habilitação em Gestão Educacional, pela Faculdade Porto Velho (2006). Técnica Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (TJRO), onde exerce a função de Serviço Especial II no Núcleo Pedagógico da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia (Emeron), em Cacoal. Membro do Grupo de Pesquisa Administração Judiciária e Tecnologia da Emeron, integrando as linhas de pesquisa Tecnologia e Inovação Aplicadas aos Serviços Judiciários e Gestão e Processos Organizacionais. E-mail: lidiane.noronha.edu@gmail.com

Declarações:

Declaração de conflito de interesses: A autora declara não haver conflito de interesses de ordem pessoal, comercial, acadêmica, política ou financeira neste manuscrito.

Declaração de uso de inteligência artificial (IA): A autora declara que foi utilizada a ferramenta *Grammarly* exclusivamente para revisão gramatical, revisão linguística e tradução do *abstract*. A elaboração das ideias, a definição da metodologia, a análise dos dados, a interpretação dos resultados e as conclusões são de inteira responsabilidade da autora. Todo o conteúdo gerado com o auxílio dessa ferramenta foi criteriosamente revisado, validado e, quando necessário, editado pela autora antes da submissão do manuscrito, garantindo sua precisão, originalidade e conformidade com os princípios da integridade científica.

LITERATURA



Lasanha arranha aranha

1 Philiane Ferreira   

Resumo

O conto aqui apresentado constitui apenas a segunda publicação das poucas linhas que tracei até hoje. A primeira foi “Muro aberto”, conto publicado no livro Mulheres do Brasil – Rondônia, iniciativa da editora Arte da Palavra. Voltei à pulsão da escrita, castrada na primeira florada, cuja cena ainda permanece viva e um dia será contada, depois do laço formado com uma amiga que contraventou as expectativas genitoras ainda na idade da revolta, a adolescência. Já eu esperei os 40, idade em que se diz que a vida finalmente começa. O conto ora oferecido, inocente, mas recheado de intenções e vontades, contém a coragem duvidosa de quem se sabe atenta e firme, embora afetada pelas interpelações externas. As lembranças pessoais, as histórias alheias e os sentimentos gerados em meu ouvido treinado, ou no coração afetado pelo que é genuinamente humano, são os elementos que compõem as histórias que consigo escrever. Além das técnicas aprendidas em um curso on-line de escrita criativa, é claro!

Palavras-chave: menina; coragem; aprendizagem; autonomia.

Filiação: 1 Tribunal de Justiça de Rondônia (TJRO)



Lasagna spider spider

Abstract

The short story presented here constitutes only the second publication of the few texts I have written to date. The first was Open Wall, a short story published in the book Women of Brazil – Rondônia, an initiative of Arte da Palavra Publishing. I returned to the impulse to write, which had been stifled in its first blossoming, a moment that remains vivid and will one day be told, after forming a bond with a friend who defied her parents' expectations during the rebellious years of adolescence. As for me, I waited until the age of forty, an age often said to mark the true beginning of life. The short story presented here, seemingly innocent yet filled with intentions and aspirations, reflects the uncertain courage of someone who knows herself to be attentive and steadfast, although affected by external judgments. Personal memories, the stories of others, and the feelings awakened through my attentive listening, or through a heart moved by what is genuinely human, are the elements that shape the stories I am able to write. Alongside them, of course, are the techniques I learned in an online creative writing course.

Keywords: girl; courage; learning; autonomy.

Lasaña araña araña

Resumen

El cuento aquí presentado constituye apenas la segunda publicación de los pocos textos que he escrito hasta hoy. La primera fue Muro abierto, un cuento publicado en el libro Mujeres de Brasil – Rondônia, iniciativa de la editorial Arte da Palavra. Regresé al impulso de escribir, reprimido en su primera floración, cuya escena permanece viva y algún día será contada, después del vínculo formado con una amiga que desafió las expectativas de sus progenitores durante la edad de la rebeldía: la adolescencia. Yo, en cambio, esperé hasta los cuarenta años, una edad en la que suele decirse que la vida finalmente comienza. El cuento que aquí se ofrece, aparentemente inocente, pero lleno de intenciones y deseos, contiene el valor incierto de quien sabe que es atenta y firme, aunque se deja afectar por las interpelaciones externas. Los recuerdos personales, las historias ajenas y los sentimientos despertados por mi oído atento, o por un corazón conmovido por aquello que es genuinamente humano, son los elementos que componen las historias que logro escribir. Además, por supuesto, de las técnicas aprendidas en un curso en línea de escritura creativa.

Palabras clave: niña; valentía; aprendizaje; autonomía.

Lasanha arranha aranha

Atrás da porta descansava a “jardineira-saia” que me fazia muito feliz. Após algumas horas, que naquele tempo e espaço eram incontáveis e não delineáveis, permeadas por brincadeiras, risos, suor, força e muita imaginação, tomei um banho demorado e animado pela notícia de mais diversão. Saí me imaginando chegando na sorveteria com minha “jardineira-saia” jeans, me sentindo esperta e capaz naquela roupa que ninguém tinha igual ou parecida, e escolhendo o sabor de sorvete mais estranho e diferente que pudesse ter no dia.

Nossa casa de madeira em “mata junta”, com assoalho alto e apenas um banheiro - inaugurado pela dona da casa com um churrasco, por ser de azulejos floridos - tinha o piso de madeira cor de vinho e as portas brancas, marcadas de mãos e pés de poeira. Atrás de uma delas, pendurada em um cabide no meu quarto, estava minha “jardineira-saia”. Já usada mas ainda limpa, afinal era uma “roupa de sair”. Coloquei uma camiseta branca que se colava ao meu corpo quase cilíndrico pela ausência das esperadas curvas femininas, vesti a maior calcinha que tinha e joguei a jardineira por cima, que entrou fácil e rápida.

Antes do instante em que iria me sentir incrível, antes de me olhar de cima a baixo, senti algo estranho e incômodo, e do grande bolso da jardineira que ocupava todo o meio do peito, um bolso que parecia ter sido feito para guardar coisas do coração, saiu dali uma enorme aranha caranguejeira. Oito patas peludas e uma bolota de corpo carnuda surgindo apavorada e ágil abaixo do meu queixo, e subindo em direção ao meu pescoço. Acho que deu tempo de achá-la bonita, ou o tempo que se deu entre a vida e a escrita me fizeram achá-la bonita.

Me sacudi, dei-lhe um peteleco com as mãos, gritei e veio meu irmão. Quem não me acreditou no que contei, riu, mas se preocupou quando encontrou a gigantesca aranha no canto da cômoda. A mãe veio com uma vassoura e se livrou dela, recomendando a todos em casa que cuidassem: “Bate o sapato, sacode a roupa antes de vestir. É tempo de chuva e elas procuram lugar escuro e seco para se esconderem”.

Eu já tinha encontrado algumas delas, no sítio, na casa da avó, lá estavam elas, vindas das frestas do assoalho, se escondendo debaixo das panelas guardadas na prateleira sem portas, embaixo dos tapetes ou nos cantos das paredes. Correndo, se escondendo, avançando em quem as encontrava, e as crianças sempre imaginando que elas jogariam em nós os pelinhos “venenosos” que nos levariam para o hospital, se não nos deixassem cegos.

Mas naquele dia, quando aquela aranha saiu de dentro do bolso posicionado no meio do meu peito, ela não avançou, não atacou ou me jogou seu veneno. Parecia muito mais

amiga, e assustada.

Saiu daquele bolso sobre o coração algo temido, mal visto, assombroso e indefeso. Preta, peluda, rápida e de cara feia, parecia só assustada por ter que sair do cantinho escuro e apertado que havia encontrado para se proteger.

Apesar do conforto em que estava, ela sabia que não era ali o seu lugar, que hora ou outra um balanço incômodo a faria avançar. E mesmo com medo e raiva de mim, quem lhe causou o incômodo, ela também me viu, me olhou com certa gratidão e aceitação. Mas não paralisou, e não se deixou tomar outro peteleco ou bofetão. Saltou e se escondeu.

Horas depois, sentada na varanda aos fundos de casa, olhando o quintal, comendo um biscoito de polvilho, distraída, descobri que a vassourada de minha mãe não foi fatal. A aranha é maleável, a pancada veio de cima e as pernas logo se encolheram protegendo o corpo. Ela foi jogada para fora toda encolhida, como morta, mas depois, já em local seguro, como uma mola, desencolheu, voltando à sua forma.

Ademais, duvido que a vassourada materna tenha sido assim tão forte. A avó dizia: “Pé de galinha não mata pinto!”. E a recomendação quanto aos peçonhentos, é de que não se deve matar, as cobras e aranhas que entram em casa devemos apenas espantá-las, senão elas voltam. Outras delas voltam.

Sobre a autora

Philiane Ferreira Paulino da Silva, nome artístico Philiane Ferreira, é mestre em Ciências Sociais pela Universidad Nacional de La Matanza, Argentina (2017). Especialista em Terapia Familiar Sistêmica pelo CEFATEF/SP (2019) e em Gestão Municipal de Políticas Públicas pela Faculdade de Direito de Vitória - FDV (2004). Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (2002). Analista judiciária - assistente social - no Tribunal de Justiça de Rondônia. Exerceu atividade docente de 2008 a 2020. Suas atividades profissionais relacionam-se aos seguintes temas: perícias, relatórios e pareceres técnicos no campo sociojurídico, conflitos familiares, medidas protetivas de violências, redes de atendimento do serviço público, política de assistência social, formação profissional e planejamento. E-mails: philiferreira11@gmail.com; philiane@tjro.jus.br

Se sumiu e nem viu

1 Philiane Ferreira   

Resumo

O poema expressa um movimento de volta à escrita, de reviravolta e de reencontro com a coragem de se expor, contrapor, afirmar e amar. A composição parte da experiência de uma mulher que, depois de atravessar expectativas familiares, tarefas impostas e adiamentos pessoais, reconhece a possibilidade de traçar as próprias linhas e assumir a autoria de sua vida. Entre lembranças pessoais, histórias alheias e sentimentos acolhidos por um ouvido treinado e por um coração afetado pelo que é genuinamente humano, o poema reflete sobre aprendizagem, autonomia, vínculos e amadurecimento. Ao mesmo tempo, problematiza a influência das redes sociais, das performances digitais e dos algoritmos sobre a percepção de si, mostrando como os afetos podem se perder entre aquilo que foi vivido e aquilo que foi registrado. A escrita surge, assim, como gesto de retorno à própria história, de resistência ao apagamento e de recuperação da menina que sonhava escrever. A criação também incorpora recursos desenvolvidos por meio de práticas e técnicas de escrita criativa.

Palavras-chave: memória; escrita; coragem; identidade; afetos.

Filiação: 1 Tribunal de Justiça de Rondônia (TJRO)



Gone without even noticing

Abstract

The poem expresses a movement of returning to writing, of transformation, and of rediscovering the courage to reveal oneself, to challenge, to assert oneself, and to love. The composition draws on the experience of a woman who, after navigating family expectations, imposed responsibilities, and personal postponements, recognizes the possibility of tracing her own lines and claiming authorship of her life. Through personal memories, the stories of others, and feelings received by a trained ear and a heart touched by what is genuinely human, the poem reflects on learning, autonomy, relationships, and maturation. At the same time, it problematizes the influence of social media, digital performances, and algorithms on self-perception, showing how emotions can become lost between what was lived and what was recorded. Writing thus emerges as a gesture of returning to one's own story, resisting erasure, and recovering the girl who dreamed of writing. The creative process also incorporates resources developed through creative writing practices and techniques.

Keywords: memory; writing; courage; identity; emotions.

Se fue sin siquiera darse cuenta

Resumen

El poema expresa un movimiento de regreso a la escritura, de transformación y de reencuentro con la valentía de exponerse, contraponerse, afirmarse y amar. La composición parte de la experiencia de una mujer que, después de atravesar expectativas familiares, tareas impuestas y postergaciones personales, reconoce la posibilidad de trazar sus propias líneas y asumir la autoría de su vida. Entre recuerdos personales, historias ajenas y sentimientos acogidos por un oído entrenado y por un corazón afectado por lo que es genuinamente humano, el poema reflexiona sobre el aprendizaje, la autonomía, los vínculos y la maduración. Al mismo tiempo, problematiza la influencia de las redes sociales, de las performances digitales y de los algoritmos sobre la percepción de sí misma, mostrando cómo los afectos pueden perderse entre aquello que fue vivido y aquello que fue registrado. La escritura surge, así, como un gesto de regreso a la propia historia, de resistencia al borramiento y de recuperación de la niña que soñaba con escribir. La creación también incorpora recursos desarrollados mediante prácticas y técnicas de escritura creativa.

Palabras clave: memoria; escritura; valentía; identidad; afectos.

Se sumiu e nem viu

Como me disse um dia uma boa amiga
“Deixa de ser menina, tece tua poesia”.
E me lembrou de que só tenho eu
Pra viver a minha vida.

E agora que não tenho em casa
A mãe pra me mandar lavar as vasilhas
ao invés de fazer o que eu queria,
Posso escrever minhas historinhas.
Só agora, posso traçar minhas próprias linhas.

Um dia começa, um outro termina,
outro e o mesmo se encerram, e nada se elimina.
Amor, dor, calor, sabor,
E ter que aprender, sem querer saber.
A vida acontece, imensa e densa
Na sutileza desatenta de quem não pensa,
só a experimenta, e se deixa propensa a frutificar,
Saber podar e saborear.
Nos sorrisos dos seus, fortalecer o seu lar.

Na confusão dos cenários, nas performances de influenciadores,
Nas superfícies codificadas das cenas, falas e poses,
Os afetos se perdem, os minutos se esvaziam.
A confusão se consolida no desencontro
entre o que foi vivido e o que foi registrado em redes
E nas distorções das mentes.
A contradição se aprofunda, sai do algoritmo
E alcança o seu ritmo.
Você se contamina, se dopamina, se elimina.
E quando já não se vê, perdeu-se da menina
Que sonhava com a sua escrita.

Sobre a autora

Philiane Ferreira Paulino da Silva, nome artístico Philiane Ferreira, é mestre em Ciências Sociais pela Universidad Nacional de La Matanza, Argentina (2017). Especialista em Terapia Familiar Sistêmica pelo CEFATEF/SP (2019) e em Gestão Municipal de Políticas Públicas pela Faculdade de Direito de Vitória - FDV (2004). Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (2002). Analista judiciária - assistente social - no Tribunal de Justiça de Rondônia. Exerceu atividade docente de 2008 a 2020. Suas atividades profissionais relacionam-se aos seguintes temas: perícias, relatórios e pareceres técnicos no campo sociojurídico, conflitos familiares, medidas protetivas de violências, redes de atendimento do serviço público, política de assistência social, formação profissional e planejamento. E-mails: philiferreira11@gmail.com; philiane@tjro.jus.br

Identidade

1 Michele Magalhães



Resumo

Esta poesia expressa a formação identitária de nosso Estado de Rondônia, revelando que cada um de nós, rondonienses, tem em si a força da Natureza representada pela Amazônia.

Palavras-chave: origem; pertencimento; Amazônia.

Identity

Abstract

This poem expresses the formation of the identity of our state of Rondônia, revealing that each of us — the people of Rondônia — carries within ourselves the strength of nature represented by the Amazon.

Keywords: origin; belonging; Amazon.

Identidad

Resumen

Este poema expresa la formación de la identidad de nuestro estado de Rondônia, revelando que cada uno de nosotros — el pueblo de Rondônia — lleva en su interior la fuerza de la naturaleza representada por la Amazonia.

Palabras clave: origen; pertenencia; Amazonia.

Filiação: 1 Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (TJRO)

Identidade

trago em mim
as raízes
dibeirinhas

carrego no peito
a força do povo
originário

sou descendente
dos destemidos
pioneiros

corre em minhas veias
as caudalosas águas
do Madeira
e a minha pele reflete
sua negra cor

tenho a essência
amazônica
por natureza

Processo criativo

Nesta poesia, apresenta-se a formação identitária do povo rondoniense, de origem indígena, negra e imigrante, irmanada com a força da natureza. Nasceu a partir de uma reflexão sobre como se formaram nosso Estado e nosso povo. Ao relacionar a imagem da Amazônia com a essência de uma pessoa, pretendo transmitir que as nossas origens se integram ao lugar em que vivemos. A vivência de nossos ancestrais molda nosso ser.

Sobre a autora

MAGALHÃES, M.: Michele Nascimento Melo Magalhães, nome artístico Michele Magalhães, é escritora de versos livres e alma leve, fascinada por miudezas. Autora dos livros Jardim semeado a lápis, Sob minhas águas e Na iminência de ser. Técnica judiciária do Tribunal de Justiça de Rondônia. Pós-graduada em Biblioterapia e Mediação da Leitura Literária pela Unochapecó e mestra em Engenharia de Energia pela UNIFEI. E-mail: michelenm@msn.com

Declarações:

Declaração de conflito de interesses: A autora declara que não possui conflito de interesses relacionado à submissão desta obra.

Declaração de originalidade e responsabilidade autoral: A autora declara que a obra submetida à seção Artes e literatura da Revista Bem Viver: Compartilhando Saberes é de sua autoria, responsabilizando-se integralmente por seu conteúdo, forma, originalidade e adequação ética. Declara, ainda, que possui os direitos necessários para submeter a obra à publicação.

Declaração de uso de inteligência artificial (IA): Não houve uso de ferramenta de inteligência artificial generativa na criação, revisão ou edição da obra submetida.



ARTE & CULTURA

Amazônia à beira da estrada: caminhos e resistência

1 Moacir da Cruz Santos



Resumo

Este ensaio fotográfico reúne imagens produzidas por Moacir da Cruz Santos durante deslocamentos profissionais por estradas, rodovias e linhas rurais de Rondônia. Em seu trabalho como oficial de justiça, o autor percorre longas distâncias e encontra paisagens marcadas pela presença de árvores solitárias, áreas abertas, plantações, pastagens, caminhos de terra e mudanças na cobertura vegetal. A fotografia surge como forma de observar e registrar cenas atravessadas pela beleza, pela transformação ambiental e pela possibilidade de desaparecimento. Nas imagens, árvores vivas, floridas ou já mortas permanecem como sinais de memória, ferida, passagem do tempo e resistência. Ao aproximar ofício, estrada e paisagem, o ensaio apresenta uma Amazônia vista a partir de suas margens e de seus territórios transformados, revelando tanto a intensidade de seus céus e cores quanto os vestígios das intervenções humanas que reorganizam o espaço e fragmentam o conjunto vivo.

Palavras-chave: Amazônia; fotografia; paisagem; memória; resistência.

Filiação: 1 Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (TJRO)



The Amazon by the roadside: paths and resistance

Abstract

This photographic essay brings together images produced by Moacir da Cruz Santos during work-related travel along roads, highways, and rural routes in Rondônia. In his work as a court officer, the author covers long distances and encounters landscapes marked by solitary trees, open areas, crop fields, pastures, dirt roads, and changes in vegetation cover. Photography emerges as a way of observing and recording scenes traversed by beauty, environmental transformation, and the possibility of disappearance. In the images, living, flowering, or already dead trees remain as signs of memory, wound, the passage of time, and resistance. By bringing together profession, road, and landscape, the essay presents an Amazon seen from its edges and from its transformed territories, revealing both the intensity of its skies and colors and the traces of human interventions that reorganize space and fragment the living whole.

Keywords: Amazon; photography; landscape; memory; resistance.

La Amazonía al borde de la carretera: caminos y resistencia

Resumen

Este ensayo fotográfico reúne imágenes producidas por Moacir da Cruz Santos durante desplazamientos profesionales por carreteras, rutas y caminos rurales de Rondônia. En su trabajo como oficial de justicia, el autor recorre largas distancias y encuentra paisajes marcados por la presencia de árboles solitarios, áreas abiertas, cultivos, pastizales, caminos de tierra y cambios en la cobertura vegetal. La fotografía surge como una forma de observar y registrar escenas atravesadas por la belleza, por la transformación ambiental y por la posibilidad de desaparición. En las imágenes, árboles vivos, florecidos o ya muertos permanecen como signos de memoria, herida, paso del tiempo y resistencia. Al aproximar oficio, camino y paisaje, el ensayo presenta una Amazonía vista desde sus márgenes y desde sus territorios transformados, revelando tanto la intensidad de sus cielos y colores como los vestigios de las intervenciones humanas que reorganizan el espacio y fragmentan el conjunto vivo.

Palabras clave: Amazonía; fotografía; paisaje; memoria; resistencia.

AMAZÔNIA À BEIRA DA ESTRADA

*A fotografia guarda o que o olhar encontrou antes
que desapareça.*

ENTRE O OFÍCIO E A ESTRADA

A atividade de oficial de justiça me levou, ao longo dos anos, por muitos caminhos de Rondônia: Machadinho do Oeste, Vale do Anari, Vilhena e Chupinguaia. Estradas de chão, rodovias, linhas rurais, pontes, plantações, pastagens, árvores solitárias, céu aberto.

O QUE APARECE NO CAMINHO



Este trabalho é, muitas vezes, feito em silêncio. Percorro grandes distâncias sem companhia, atento ao destino do mandado, mas também ao que aparece no caminho.

FOTOGRAFAR O QUE PODE DESAPARECER



Foi nessa solidão do deslocamento que a fotografia entrou na minha rotina: primeiro como observação; depois, como necessidade de registro.

Capturar o que se mostra



Passei a perceber que certas cenas não voltariam a acontecer: aquele céu, naquele horário, naquele trecho de estrada, com aquela luz sobre a árvore ou sobre o barro.

O QUE PODE DESAPARECER

A Amazônia é um território em franca mudança, onde o que está ali hoje pode desaparecer rapidamente. Mesmo quando o tempo é curto, paro por alguns instantes. Fotografar, para mim, é guardar o que o olhar encontrou antes que desapareça.

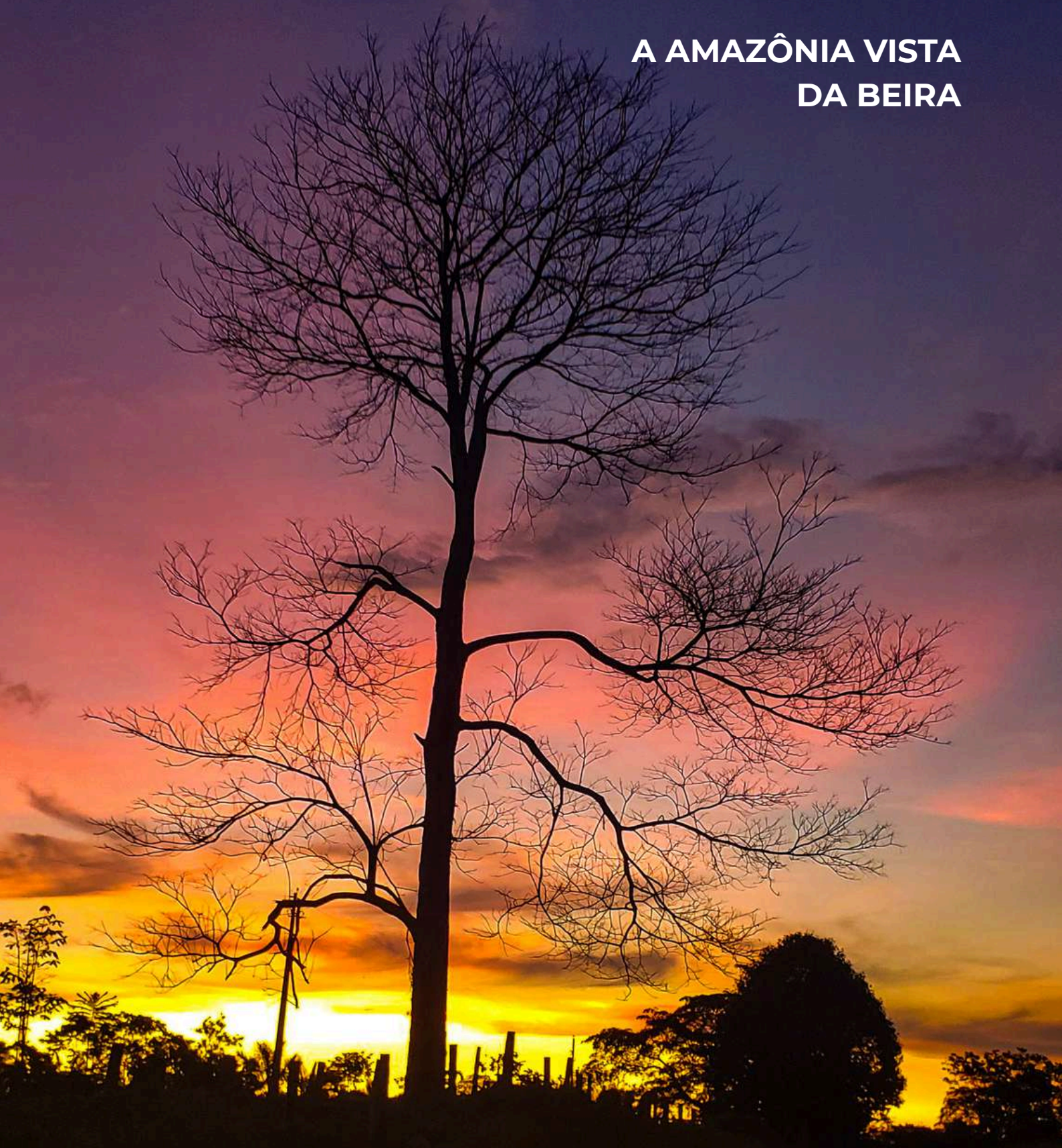
ÁRVORES, MEMÓRIA E FERIDA

Estas imagens foram feitas nesses percursos. Nelas, árvores, céus e caminhos aparecem como marcas de um modo de olhar a Amazônia e o próprio ofício. As árvores, sobretudo, parecem guardar histórias. Algumas estão sozinhas e falam de solidão; outras sugerem mudança, memória, passagem do tempo e resistência.

O QUE CONTINUA DE PÉ

Há também árvores que já morreram, mas continuam de pé como presença ferida, lembrando o sofrimento da terra e a violência de terem sido separadas do conjunto vivo ao qual pertenciam. Mesmo nas mais silenciosas, ainda há beleza, uma beleza que não apaga a perda, mas a torna visível.

A AMAZÔNIA VISTA DA BEIRA



As fotografias revelam a Amazônia vista da beira da estrada: bela, intensa, luminosa, mas também modificada.

O RECUO DA FLORESTA



O que aparece não são grandes extensões contínuas de floresta, e sim fragmentos, áreas abertas, plantações e pastagens.

O QUE PERMANECE

Há cursos d'água enfraquecidos e sinais de destruição. Ainda assim, algo permanece: uma árvore que insiste, um céu que se abre e um caminho que continua.

UM OLHAR TRANSFORMADO

*Depois de tantos anos na
Justiça, foi vendo, tocando e
pisando esse chão
transformado que meu olhar
mudou.*

BELEZA E RESISTÊNCIA

Estas imagens nascem desse encontro entre ofício, estrada e paisagem. São registros da beleza que ainda resiste e da Amazônia que, mesmo ferida, continua diante de nós.

A INSISTÊNCIA QUE PERMANECE

*Uma árvore que insiste.
Um céu que se abre.
Um caminho que continua.*

FOTOGRAFAR É ISSO...

...guardar o que o olhar encontrou antes que desapareça.

Sobre o autor:

SANTOS, M. C.: Graduado em Direito pelo Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná. Oficial de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Rondônia, Brasil. Especialista na carreira da Magistratura pela Escola da Magistratura do Estado de Rondônia. Pós-graduado em Direito Processual Civil pela Faculdade Santo André. Pós-graduado em Gestão Pública, com ênfase em Administração Judiciária, e em Gestão Cartorária pela Escola da Magistratura do Estado de Rondônia. E-mail: moacir@tjro.jus.br

Declarações:

Declaração de conflito de interesses: O autor declara não haver conflito de interesses de ordem pessoal, comercial, acadêmica, política ou financeira neste manuscrito.

Declaração de uso de inteligência artificial (IA): O autor declara que as imagens não foram geradas por ferramentas de Inteligência Artificial Generativa na produção deste manuscrito.



Revista Bem Viver Compartilhando Saberes

V. 3, Nº 1 – janeiro a junho/2026

ISSN: 3085-8674